



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento as informações referentes à proposta de **destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos** do exercício encerrado em 31/12/2013.

Adicionalmente, a Companhia informa que *(i)* o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; *(ii)* cópia das demonstrações financeiras; *(iii)* parecer dos auditores independentes; *(iv)* parecer do conselho fiscal; e *(v)* formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP, foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE), no dia 26 de fevereiro de 2014.

## ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

### 1. Informar o lucro líquido do exercício.

A administração da Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2013 foi de R\$ 13.029.458,63

### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Durante o exercício social encerrado em 31/12/2013 não foram declarados dividendos antecipados e/ou juros sobre capital próprio. A proposta da administração para o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$ 3.094.496,43 o que equivale a R\$ [BPdOC1] 0,004528691 para cada ação (ALLL3) nesta data. Os valores de dividendos por ação poderão sofrer alterações até a data da Assembleia Geral Ordinária em razão do exercício de opções de ações vinculadas ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, o qual reflete diretamente na quantidade de ações em tesouraria.

### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A administração da Companhia propõe a distribuição de 25% lucro líquido ajustado.

### 4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

A proposta da administração da Companhia não contempla a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

### 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

#### a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

| Valor Mobiliário | Ticker | JCP (R\$) | Dividendo (R\$) |
|------------------|--------|-----------|-----------------|
| Ação Ordinária   | ALLL3  | -         | 0,004528691     |

#### b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

A administração da Companhia propõe que o pagamento dos dividendos aos acionistas seja feito no sexagésimo dia após a realização da Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos serão pagos, mediante depósito bancário, em conta corrente indicada pelo acionista ao banco custodiante da Companhia.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**

A administração da Companhia propõe o pagamento dos dividendos sem a incidência de correção monetária ou juros.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Os titulares de ações de emissão da Companhia no fechamento do pregão na data da realização da Assembleia Geral Ordinária, prevista para 10/04/2014, terão direito ao recebimento dos dividendos propostos. Consequentemente, as ações de emissão da Companhia (ALLL3) serão consideradas *ex* dividendos em 11/04/2014.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

A administração da Companhia informa que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores do exercício social encerrado em 31/12/2013.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

| <b>Exercício Social</b> | <b>2013</b>   | <b>2012</b>    | <b>2011</b>    |
|-------------------------|---------------|----------------|----------------|
| Lucro Líquido           | 13.029.458,63 | 237.314.015,54 | 244.944.435,53 |

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.**

| <b>Exercício Social</b> | <b>2013</b>         | <b>2012</b>          | <b>2011</b>          |
|-------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Dividendos (R\$)        | 3.094.496,43        | 56.362.078,69        | 58.174.303,44        |
| Valor/Ação Ordinária    | 0,004528691         | 0,082495575          | 0,0854643738         |
| Valor/Ação Preferencial | -                   | -                    | -                    |
| Valor/Unit              | -                   | -                    | -                    |
| JCP (R\$)               | -                   | -                    | -                    |
| <b>Total</b>            | <b>3.094.496,43</b> | <b>56.362.078,69</b> | <b>58.174.303,44</b> |

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal.**

A administração da Companhia informa que o montante destinado à reserva legal será de R\$ 651.472,93.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.**

O valor destinado para a reserva legal é equivalente a 5% do lucro líquido da Companhia, conforme estabelece o art. 193, da Lei n.º 6.404/76.

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**

A Companhia não possui ações preferenciais.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.**

De acordo com o artigo 39 do Estatuto Social, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

A administração da Companhia informa que o valor do dividendo obrigatório, ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, será integralmente pago aos acionistas no sexagésimo dia após a realização da Assembleia Geral Ordinária.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

A administração da Companhia informa que não há proposta de retenção de dividendo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31/12/2013.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:**

Não há proposta de retenção do dividendo obrigatório.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

A administração da Companhia informa que não há proposta de destinação de resultado referente ao exercício social encerrado em 31/12/2013 para a reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

A administração da Companhia informa que não há proposta de destinação de resultado referente ao exercício social encerrado em 31/12/2013 para reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.**

De acordo com o artigo 39, parágrafo único, do Estatuto Social, atribuir-se-á à reserva para investimentos, que não excederá a 100% (cem por cento) do capital social subscrito, importância não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de sociedades controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

**b. Identificar o montante destinado à reserva.**

A administração da Companhia informa que do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2013, será destinado à reserva de investimento o valor de R\$ 9.780.406,55.

**c. Descrever como o montante foi calculado.**

A Companhia esclarece que o montante destinado à reserva de investimento foi calculado conforme artigo 39 do Estatuto Social e corresponde a 75% do lucro líquido ajustado do exercício.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que o montante de R\$ 496.917,26, decorrente de ajuste reflexo de controlada, também será destinado à reserva de investimentos. Para evitar dúvidas, tal montante é meramente reflexos contábeis e não transitaram pelo resultado da Companhia (e, portanto, não compõem o lucro do exercício de 2013).

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.**

A administração da Companhia informa que não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**

A administração da Companhia informa que não há proposta de destinação de resultado referente ao exercício social encerrado em 31/12/2013 para reserva de incentivos fiscais.



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento comentários dos administradores sobre a **situação financeira da Companhia**, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia informa que *(i)* o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; *(ii)* cópia das demonstrações financeiras; *(iii)* parecer dos auditores independentes; *(iv)* parecer do conselho fiscal; e *(v)* formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE), no dia 26 de fevereiro de 2014.

## ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

### 10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As sociedades controladas pela ALL – América Latina Logística S.A. (“Companhia”) têm situação financeira sólida e suficiente para implantar seu plano de negócios, bem como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia teve um faturamento líquido de R\$ 3.641,4 milhões, apresentando um EBITDA ajustado<sup>1</sup> de R\$ 1.830,2 milhões, as disponibilidades e valores equivalentes da Companhia eram de R\$ 2.917,6 milhões e a Dívida Financeira Bruta era de R\$ 6.941,1 milhões, resultando em uma Dívida Financeira Líquida consolidada de R\$ 4.023,5 milhões. A parcela de curto prazo da dívida financeira bancária era de R\$ 1.134,5 milhões, resultando numa relação de 2,6 vezes entre o caixa e a parcela da dívida no passivo circulante em 2013.

“Dívida Financeira Bruta” ou “Dívida Onerosa” significa a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, avais e garantias prestadas.

“Dívida Financeira Líquida” significa a Dívida Financeira Bruta, deduzido o total de disponibilidades e valores equivalentes.

#### b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 4.598,3 milhões, para uma dívida líquida (soma das obrigações financeiras deduzidas das disponibilidades e aplicações financeiras) de R\$ 4.023,5 milhões. As disponibilidades e valores equivalentes de R\$ 2.917,6 milhões em 31 de dezembro de 2013 eram suficientes para cobrir todo o passivo circulante, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 2.821,2 milhões. Os Diretores da Companhia acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente (i) pela relação da dívida líquida sobre o EBITDA ajustado que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 equivaleu a 2,2; e (ii) pela relação passivo circulante sobre o patrimônio líquido que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, equivaleu a 0,6 e apresentam níveis conservadores de alavancagem, tendo em vista que não comprometem a capacidade de pagamento da Companhia. Para mais informações sobre os índices de endividamento da Companhia, vide item 3.7 deste Formulário de Referência.

---

<sup>1</sup> O EBITDA Ajustado divulgado neste relatório está de acordo com a Instrução CVM 527/12 e pode diferir dos números previamente divulgados. Conforme a resolução, as empresas de capital aberto devem padronizar o EBITDA Ajustado a partir de 2013. De acordo com os novos padrões contábeis, o EBITDA Ajustado da ALL é constituído pelo (i) Lucro Operacional antes das despesas financeiras, somado a (ii) Depreciação e Amortização, e (iii) Resultado de Equivalência Patrimonial e Ganho (Perda) em Investimentos.

A Companhia em sua Estrutura de Capital se financia através de emissões de debêntures, linhas de crédito aprovadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras linhas de financiamento com instituições financeiras.

*(i) Hipóteses de resgate*

Os Diretores da Companhia afirmam que não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia, além daquelas legalmente previstas.

*(ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não aplicável, tendo em vista que não há hipótese de resgate das ações de emissão da Companhia, além daquelas legalmente previstas.

**c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros**

Os Diretores da Companhia afirmam que todas as obrigações referentes aos compromissos financeiros da Companhia, até a data deste Formulário de Referência, estão sendo cumpridas, bem como a assiduidade dos pagamentos desses compromissos tem sido mantida.

Considerando o perfil de endividamento do grupo econômico do qual a empresa faz parte como um todo, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos 3 anos, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o grupo econômico apresentou (i) um EBITDA ajustado, medição esta equivalente à geração de caixa da Companhia, no montante de R\$ 1.830,2 milhões; e (ii) disponibilidades e valores equivalentes, no valor de R\$ 2.917,6 milhões, que garantem sua posição de liquidez, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições da Companhia, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia tem capacidade para contratá-los. Para informações adicionais sobre empréstimos e financiamentos, vide item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia utiliza capital de terceiros com linhas de crédito incentivadas para capital de giro, destacando-se a emissão de debêntures e empréstimos bancários, dentre as quais as Notas de Crédito à Exportação (“NCE’s). Para financiamento de ativos não-circulantes da Companhia, os Diretores afirmam que são utilizadas linhas de crédito contraídas perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e emissão de debêntures. Para informações adicionais a respeito da estrutura de endividamento da Companhia, veja o item 10.1(f) deste Formulário de Referência.



### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores da Companhia afirmam que as deficiências de liquidez, caso ocorram, poderão ser cobertas por meio da linha de crédito que a Companhia possui aprovada junto ao BNDES para sustentar seu investimento em ativos não circulantes realizados até o ano de 2015 ou ainda por meio de emissão de debêntures no mercado de capitais e contração de financiamentos privados junto à instituições bancárias.

Para informações a respeito dos limites contratados e/ou disponíveis, veja o item 10.1(g) deste Formulário de Referência.

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

#### (i) Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

O saldo de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 está indicado na tabela abaixo:

| <b>Endividamento (em R\$ milhões)</b> | <b>2013</b>    | <b>2012</b>    | <b>2011</b>    |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Empréstimos e financiamentos          | 3.977,5        | 3.296,8        | 3.208,7        |
| Debêntures                            | 2.963,6        | 3.106,3        | 2.423,0        |
| <b>Total</b>                          | <b>6.941,1</b> | <b>6.403,1</b> | <b>5.631,7</b> |

A tabela abaixo indica a distribuição dos saldos dos contratos de empréstimo e financiamento da companhia ao longo dos próximos anos até o ano de 2017:

| <b>Valores em R\$ mil</b>    |                  |                  |                  |                  |                         |                  |
|------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------------|------------------|
| <b>Endividamento</b>         | <b>2014</b>      | <b>2015</b>      | <b>2016</b>      | <b>2017</b>      | <b>A partir de 2018</b> | <b>Total</b>     |
| Empréstimos e Financiamentos | 893.346          | 692.780          | 431.027          | 510.232          | 1.450.115               | 3.977.500        |
| Debêntures                   | 241.115          | 520.888          | 765.967          | 961.480          | 474.150                 | 2.963.600        |
| <b>Total</b>                 | <b>1.134.461</b> | <b>1.213.668</b> | <b>1.196.994</b> | <b>1.471.712</b> | <b>1.924.265</b>        | <b>6.941.100</b> |

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia são garantidos por fianças bancárias ou aval.

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures são:

| <b>Empréstimos e Financiamentos</b> | <b>Taxa de Juros e Encargos</b> | <b>Vencimento</b>                     |
|-------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| Bancos Comerciais                   | 107% do CDI                     | Julho de 2015                         |
| Empréstimos                         | TJLP + 1,8%                     | Trimestrais/Mensais até Junho de 2017 |
| Empréstimos                         | TJLP + 1,4%                     | Trimestrais/Mensais até Junho de 2021 |

  

| <b>Debêntures</b>       | <b>Taxa de Juros e Encargos</b> | <b>Vencimento</b> |
|-------------------------|---------------------------------|-------------------|
| 5a. Emissão             | CDI + 2,40%                     | Setembro de 2014  |
| 6a. Emissão             | CDI + 2,40%                     | Julho de 2014     |
| 8a. Emissão - 1a. série | CDI + 1,65%                     | Abril de 2016     |
| 8a. Emissão - 2a. Série | IPCA + 8,40%                    | Abril de 2018     |
| 9a. Emissão - 1a. Série | CDI + 1,65%                     | Julho de 2016     |
| 9a. Emissão - 2a. Série | CDI + 1,65%                     | Julho de 2016     |
| 10a. Emissão            | CDI + 1,30%                     | Outubro de 2017   |

A tabela abaixo indica os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia em relação ao endividamento em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011.

|                           | <b>Encargos anuais</b> | <b>Taxa efetiva</b> | <b>Vencimento</b>                     | <b>31/12/13</b>  | <b>31/12/12</b>  | <b>31/12/11</b>  |
|---------------------------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Controladora</b>       |                        |                     |                                       |                  |                  |                  |
| <b>Em moeda nacional</b>  |                        |                     |                                       |                  |                  |                  |
| Bancos Comerciais         | 107,5% do CDI          | 8,66%               | Julho de 2015                         | 138.929          | 206.609          | 210.524          |
| Investimentos BNDES       | TJLP+1,8%              | 6,80%               | Trimestrais/mensais até junho de 2017 | 33.805           | 43.484           | 53.195           |
| <b>Em moeda nacional</b>  |                        |                     |                                       |                  |                  |                  |
| Operações de "swap"       |                        |                     |                                       |                  | (17.320)         | (10.260)         |
| <b>Total controladora</b> |                        |                     |                                       | <b>172.734</b>   | <b>232.773</b>   | <b>253.459</b>   |
| <b>Controladas</b>        |                        |                     |                                       |                  |                  |                  |
| <b>Em moeda nacional</b>  |                        |                     |                                       |                  |                  |                  |
| <b>ALL Malha Sul</b>      |                        |                     |                                       | <b>1.462.859</b> | <b>1.649.680</b> | <b>1.581.859</b> |
|                           | CDI + 1,25%            | 9,38%               | Setembro de 2015                      | 220.843          | 328.858          | 330.545          |
|                           | CDI + 1,23%            | 9,36%               | Outubro de 2014                       | 145.000          | 132.409          | 120.496          |
|                           |                        |                     | Trimestrais                           |                  |                  |                  |
| BNDES (Investimentos)     | TJLP + 1,4%            | 6,40%               | Até julho de 2022                     | 774.835          | 565.679          | 407.835          |
|                           |                        |                     | Trimestrais/mensais                   |                  |                  |                  |
|                           | TJLP + 2,5%            | 7,50%               | Até junho de 2017                     | 150.925          | 188.471          | 230.460          |
|                           |                        |                     | Trimestrais/mensais                   |                  |                  |                  |
|                           | TJLP + 1,5%            | 6,50%               | Até junho de 2022                     | -                | 6.647            | 7.351            |
|                           |                        |                     | Trimestrais/mensais                   |                  |                  |                  |
|                           | TJLP + 1,8%            | 6,80%               | Até junho de 2017                     | 74.267           | 95.486           | 116.775          |
| BNDES (FINAME)            | TJLP + 3,75%           | 8,75%               | Janeiro de 2017                       | 614              | 814              | 1.014            |
| NCC                       | 105,9% do CDI          | 8,52%               | Julho de 2015                         | 22.413           | 33.331           | 45.170           |
|                           | 107,0% do CDI          | 8,62%               | Março de 2013                         | -                | 203.526          | 205.375          |
| NCE                       | 11,77% Pré BRL         | 11,77%              | Junho de 2013                         | -                | 92.489           | 82.678           |
|                           | 12,07% Pré BRL         | 12,07%              | Outubro de 2012                       | -                | -                | 34.160           |
|                           | 108,00% do CDI         | 8,70%               | Junho de 2014                         | 73.962           | -                | -                |
| FINIMP                    | 122,30% do CDI         | 9,91%               | Abril de 2013                         | -                | 1.970            | -                |

Continuação

| Ritmo             |               |        |                              | 36.301 | 15.229 | 1.254 |
|-------------------|---------------|--------|------------------------------|--------|--------|-------|
| Bancos Comerciais | CDI + 2,30%   | 10,04% | Mensais até novembro de 2017 | 302    | 410    | -     |
| BNDES (FINAME)    | 2,50% Pré BRL | 2,50%  | Mensais até março de 2017    | 35.999 | 14.819 | 1.254 |

Continuação

|  | Encargos anuais  | Taxa efetiva | Vencimento                               | 31/12/13         | 31/12/12         | 31/12/11         |
|--|------------------|--------------|--|------------------|------------------|------------------|
| <b>ALL Malha Paulista</b>  |                  |              |  | <b>482.639</b>   | <b>417.801</b>   | <b>350.381</b>   |
| Investimentos BNDES  | TJLP + 1,4% a.a. | 6,40%        | Trimestrais/mensais até junho de 2022    | 417.507          | 330.880          | 250.953          |
|  | TJLP + 2,5%      | 7,50%        | Trimestrais/mensais até outubro de 2017  | 65.132           | 82.730           | 94.809           |
|  | TJLP + 1,5%      | 7,00%        | Trimestrais/mensais Até Outubro de 2022  | -                | 4.191            | 4.620            |
| <b>ALL Malha Norte</b>   |                  |              |  | <b>1.542.237</b> | <b>807.939</b>   | <b>813.751</b>   |
| Investimentos BNDES  | TJLP + 1,5%      | 6,50%        | Trimestrais/mensais até setembro de 2016 | 135.269          | 243.691          | 352.286          |
|  | TJLP + 3%        | 8,00%        | Trimestrais/mensais até janeiro de 2016  | 65.548           | 97.007           | 128.554          |
|  | TJLP + 2,71%     | 7,71%        | Trimestrais/mensais junho de 2029        | 521.516          | 386.779          | 251.541          |
|  | TJLP +1,4%       | 6,40%        | Trimestrais/mensais junho de 2022        | 165.306          | 79.416           | 81.371           |
| BNDES (FINAME)   | Pré 2,50%        | 2,50%        | Trimestrais/mensais janeiro de 2023      | 87.999           | -                | -                |
| NCE  | URTJLP + 5,95%   | 10,95%       | Julho de 2015                            | 104.726          | -                | -                |
|  | 109% do CDI      | 8,78%        | Setembro de 2018                         | 304.046          | -                | -                |
|  | 112% do CDI      | 9,04%        | Outubro de 2018                          | 150.873          | -                | -                |
| FINIMP   | 3,10% Pré USD    | 3,10%        | Março de 2014                            | 6.954            | 1.046            | -                |
| <b>ALL Malha Oeste</b>   |                  |              |  | <b>97.877</b>    | <b>78.146</b>    | <b>66.217</b>    |
| Investimentos BNDES  | TJLP + 1,4%      | 6,40%        | Trimestrais/mensais até junho de 2022    | 97.877           | 78.146           | 66.217           |
| <b>Terminal XXXIX</b>  |                  |              |  | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>7</b>         |
| Investimentos BNDES  | TJLP + 6%        |              | Trimestrais/anuais até dezembro de 2011  | -                | -                | 7                |
| <b>Brado</b>   |                  |              |  | <b>182.829</b>   | <b>81.907</b>    | <b>51.085</b>    |
| Bancos Comerciais (terminal)   | Pré 9,60%        | 18,85%       | Até junho 2016                           | 10.441           | 14.909           | 31.563           |
| BNDES (FINAME)   | TJLP + 1,5%      | 6,42%        | Até julho de 2023                        | 113.942          | 39.301           | -                |
| NCE/NP   | CDI + 1,39%      | 8,50%        | Até junho de 2014                        | 6.000            | 16.020           | -                |
| Finame BNDES automatico  | TJLP + 3,85%     | 9,85%        | Até julho de 2022                        | 52.446           | 11.677           | 19.522           |
|  |                  |              |  | <b>3.804.742</b> | <b>3.050.702</b> | <b>2.864.555</b> |
| <b>Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US\$, com Swap para CDI)</b> |                  |              |  | <b>31/12/13</b>  | <b>31/12/12</b>  | <b>31/12/11</b>  |
| <b>ALL Malha Sul</b>   |                  |              |  |                  |                  |                  |
| Operações de swap  |                  |              |  | -                | -                | -                |
| <b>ALL Malha Norte</b>   |                  |              |  |                  |                  |                  |
| Operações de swap  |                  |              |  | -                | -                | (1.844)          |
| <b>ALL Malha Paulista</b>  |                  |              |  |                  |                  |                  |
| Operações de swap  |                  |              |  | -                | -                | 75               |
|  |                  |              |  | <b>-</b>         | <b>-</b>         | <b>(1.769)</b>   |

Continuação

| Em moeda nacional                 |                        |                     |                   | 31/12/13         | 31/12/12         | 31/12/11         |
|-----------------------------------|------------------------|---------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>ALL Malha Sul</b>              |                        |                     |                   |                  |                  |                  |
| Operações de swap                 |                        |                     |                   | -                | -                | 12.640           |
| <b>ALL Malha Oeste</b>            |                        |                     |                   |                  |                  |                  |
| Operações de swap                 |                        |                     |                   | -                | -                | (1.421)          |
|                                   |                        |                     |                   | -                | -                | 11.219           |
|                                   | <b>Encargos anuais</b> | <b>Taxa efetiva</b> | <b>Vencimento</b> | <b>31/12/13</b>  | <b>31/12/12</b>  | <b>31/12/11</b>  |
| <b>ALL Argentina</b>              |                        |                     |                   |                  |                  |                  |
| Bancos Comerciais                 | 16,00%                 | 16,00%              | Março de 2013     | -                | 191              | 81.284           |
| Hipotecário                       | Dólar - 6,3%           | Dólar - 6,3%        | Outubro de 2011   | -                | 191              | 9.748            |
| Itaú Buenos Aires                 | 15,80%                 | 15,80%              | Janeiro de 2012   | -                | -                | -                |
| Patagonia                         | 17,00%                 | 17,00%              | Agosto de 2012    | -                | -                | 7.004            |
| Santander                         | 19,75%                 | 19,75%              | Outubro de 2012   | -                | -                | 13.248           |
| Citibank                          | 16,65%                 | 16,65%              | Junho de 2012     | -                | -                | 2.195            |
| Citibank                          | 17,25%                 | 17,25%              | Agosto de 2012    | -                | -                | 3.589            |
| Citibank                          | 20,00%                 | 20,00%              | Outubro de 2012   | -                | -                | 30.025           |
| HSBC                              | 19,25%                 | 19,25%              | Outubro de 2012   | -                | -                | 15.475           |
| <b>Total das controladas</b>      |                        |                     |                   | <b>3.804.742</b> | <b>3.050.893</b> | <b>2.955.289</b> |
| <b>Total consolidado</b>          |                        |                     |                   | <b>3.977.476</b> | <b>3.283.666</b> | <b>3.208.748</b> |
| Parcela no circulante             |                        |                     |                   | 893.322          | 860.655          | 457.534          |
| Parcela no exigível a longo prazo |                        |                     |                   | 3.084.154        | 2.423.011        | 2.751.214        |

**(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os Diretores da Companhia afirmam que, além dos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui cartas de fiança bancárias e seguro garantia celebrados para garantia de cumprimento de obrigações pecuniárias decorrentes de eventuais condenações em processos judiciais.

**(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há grau de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia, dispondo todas da mesma prioridade para pagamento.

**(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Os contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm as seguintes restrições:

| Contratos de empréstimo e financiamento  | Credor              | Valor             | Vigência                | Alteração de Controle | Reorganização Societária | Alienação de Ativos | Distribuição de Dividendos |
|--|---------------------|-------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------|---------------------|----------------------------|
| Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da ALL – América Latina Logística S.A. | Diversos            | R\$ 700 milhões   | 21.07.2006 a 11.07.2014 | X                     | X                        | X                   | X                          |
| Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A.                 | Diversos            | R\$ 200 milhões   | 16.09.2005 a 01.09.2014 | X                     | X                        | X                   | X                          |
| Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 07202143   | BNDES               | R\$ 222.8 milhões | 17.05.2007 a 15.07.2017 |                       | X                        | X                   |                            |
| Termo de Securitização de Créditos Imobiliários  | Diversos            | R\$ 147.8 milhões | 20.02.2008 a 01.03.2018 | X                     | X                        |                     |                            |
| Cédula de Crédito Bancário   | Banco Bradesco S.A. | R\$ 200 milhões   | 24.07.07 a 16.07.2015   | X                     | X                        | X                   | X                          |
| Escritura da Oitava Emissão de Debêntures Quirografárias e não conversíveis em ações da ALL América Latina Logística S.A.  | -                   | R\$ 810 milhões   | 15/04/11 a 15/04/18     | X                     | X                        | X                   |                            |
| Escritura da Nona Emissão de Debêntures Quirografárias e não conversíveis em ações da ALL América Latina Logística S.A.  | Diversos            | R\$ 359.7 milhões | 22/08/11 a 15/07/16     | X                     | X                        | X                   |                            |

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros à Companhia. Estes limites são apurados trimestralmente na data da publicação das Informações Trimestrais utilizando os resultados consolidados.

A *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA ajustado é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA ajustado consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de      | 2013  | 2014  | 2015  | 2016  |
|--|-------|-------|-------|-------|
| EBITDA Ajustado/<br>Resultado Financeiro Consolidado | > 2,5 | > 2,5 | > 2,5 | > 2,5 |

A *covenant* EBITDA ajustado sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA ajustado consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da sua controlada no exterior ALL – América Latina Logística Argentina S.A. Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de      | 2013  | 2014  | 2015  | 2016  |
|--|-------|-------|-------|-------|
| EBITDA Ajustado/<br>Resultado Financeiro Consolidado | > 2,0 | > 2,0 | > 2,0 | > 2,0 |

Em todas as hipóteses acima mencionadas neste subitem (iv), será necessária a anuência das instituições financeiras credoras de tais empréstimos e financiamentos para a ocorrência de quaisquer desses eventos, sob pena de declaração antecipada dos respectivos saldos devedores.

Nenhum dos contratos financeiros celebrados pela Companhia contém cláusulas de restrição à emissão de novos valores mobiliários.

#### **g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia tem uma linha de financiamento contratada com o BNDES utilizada para financiar os investimentos das concessionárias ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. entre os anos de 2013 e 2015.

| Valores em R\$ mil  | Contratado       | Tomado         | Disponível       |
|---------------------|------------------|----------------|------------------|
| Projeto 2013 - 2015 | 1.716.268        | 346.467        | 1.369.801        |
| <b>Total</b>        | <b>1.716.268</b> | <b>346.467</b> | <b>1.369.801</b> |

## h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

*Demonstração do resultado consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013.*

| R\$ milhões   | 31/12/11       | AV <sup>1</sup> % | 31/12/12       | AV <sup>1</sup> % | 31/12/13       | AV <sup>1</sup> % | Variação <sup>2</sup> |             |
|---|----------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------------|-------------|
|   |                |                   |                |                   |                |                   | 2011 / 2012           | 2012 / 2013 |
| <b>Receita líquida de serviços</b>                                    | <b>2.987,1</b> | <b>100,0%</b>     | <b>3.335,7</b> | <b>100,0%</b>     | <b>3.641,4</b> | <b>100,0%</b>     | <b>12%</b>            | <b>9%</b>   |
| Custo dos serviços prestados  | -1.670,6       | -55,9%            | -1.949,0       | -58,4%            | -2.156,5       | -59,2%            | 17%                   | 11%         |
| <b>Lucro bruto</b>  | <b>1.316,5</b> | <b>44,1%</b>      | <b>1.386,5</b> | <b>41,6%</b>      | <b>1.484,9</b> | <b>40,8%</b>      | <b>5%</b>             | <b>7%</b>   |
| Receitas (despesas) operacionais                                      | -155,3         | -5,2%             | -166,4         | -5,0%             | -181,3         | -5,0%             | 7%                    | 9%          |
| Com vendas, gerais e administrativas                                  | -160,6         | -5,4%             | -166,5         | -5,0%             | -215,0         | -5,9%             | 4%                    | 29%         |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas                     | 5,3            | 0,2%              | 0,1            | 0,0%              | 33,7           | 0,9%              | -98%                  | 33600%      |
| Resultado de participação acionária e ganho (perda) com investimentos | -5,5           | -0,2%             | 2,2            | 0,1%              | -90,7          | -2,5%             | -140%                 | -4223%      |
| <b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>            | <b>1.155,7</b> | <b>38,7%</b>      | <b>1.222,2</b> | <b>36,6%</b>      | <b>1.212,9</b> | <b>33,3%</b>      | <b>6%</b>             | <b>-1%</b>  |
| Despesas financeiras líquidas   | -908,5         | -30,4%            | -931,5         | -27,9%            | -1.043,1       | -28,6%            | 3%                    | 12%         |
| <b>Lucro operacional antes dos tributos</b>                           | <b>247,2</b>   | <b>8,3%</b>       | <b>290,7</b>   | <b>8,7%</b>       | <b>169,8</b>   | <b>4,7%</b>       | <b>18%</b>            | <b>-42%</b> |
| Participação minoritários/Outros                                      | -6,0           | -0,2%             | -9,2           | -0,3%             | -14,9          | -0,4%             | 53%                   | 62%         |
| Imposto de renda e contribuição social                                | 18,7           | 0,6%              | 7,7            | 0,2%              | 43,8           | 1,2%              | -59%                  | 469%        |
| <b>Lucro líquido operação continuadas</b>                             | <b>259,9</b>   | <b>8,7%</b>       | <b>289,2</b>   | <b>8,7%</b>       | <b>198,7</b>   | <b>5,5%</b>       | <b>11%</b>            | <b>-31%</b> |
| Resultado de operações descontinuadas                                 | -15,1          | -0,5%             | -51,9          | -1,6%             | -185,6         | -5,1%             | 244%                  | 258%        |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>                                 | <b>244,8</b>   | <b>8,2%</b>       | <b>237,3</b>   | <b>7,1%</b>       | <b>13,0</b>    | <b>0,4%</b>       | <b>-3%</b>            | <b>-95%</b> |

(1) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre a receita líquida no mesmo período.

(2) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre os períodos comparados.

### **Comparativo do resultado consolidado de 31 de dezembro de 2012 para 2013:**

#### *Receita Líquida de Serviços*

A receita líquida de serviços da Companhia aumentou 9,2%, passando de R\$ 3.335,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 3.641,4 milhões no mesmo período em 2013. Esse crescimento reflete o aumento da receita líquida de 8,9% da ALL Operações Ferroviárias, 18,8% da receita líquida da Brado Logística e 3,1% da receita líquida da Ritmo Logística.

#### *Custo dos Serviços Prestados*

O custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 10,6%, passando de R\$ 1.949,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 2.156,5 milhões no mesmo período em 2013, refletindo o crescimento dos resultados operacionais da companhia.

### *Despesas Operacionais*

As despesas operacionais consolidadas da Companhia aumentaram 9,0%, passando de R\$ 166,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 181,3 milhões no mesmo período em 2013.

### *Despesas Financeiras Líquidas*

As despesas financeiras líquidas consolidadas da Companhia cresceram 12,0%, passando de R\$ 931,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 1.043,1 milhões no mesmo período em 2013, refletindo, principalmente, o maior endividamento da Companhia.

### *Imposto de Renda*

O imposto de renda consolidado passou de R\$ 57,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 55,1 milhões no mesmo período em 2013.

### *Lucro Líquido*

O lucro líquido consolidado da Companhia apresentou uma queda de 94,5%, passando de R\$ 237,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 13,0 milhões no mesmo período em 2013.

Com a rescisão das concessões da ALL no país em 5 de junho de 2013, a ALL Central e ALL Mesopotâmica continuaram existindo, porém sem a capacidade de explorar as operações ferroviárias. Com a perda das concessões, a ALL Argentina registrou uma perda por *impairment* no seu ativo imobilizado no valor de R\$ 194.300, bem como realizou a baixa dos impostos diferidos ativos que mantinha registrada no balanço, no montante de R\$ 23.772 assim como outros créditos considerados de difícil realização no montante de R\$ 14.091. O total dessas baixas ou *write-off*, totalizou R\$232,2 milhões.

Excluindo-se os efeitos do *write-off* da Argentina, bem como de seu resultado no ano o lucro líquido consolidado da Companhia cresce 3,5%, para R\$299,4 milhões em 2013.

### ***Comparativo do resultado consolidado de 31 de dezembro de 2011 para 2012:***

#### *Receita Líquida de Serviços*

A receita líquida de serviços da Companhia aumentou 11,7%, passando de R\$ 2.987,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 3.335,7 milhões no mesmo período em 2012. Esse crescimento reflete o aumento de 3,5% no volume transportado na ALL Operações Ferroviárias, 12,0% no volume da Brado Logística e 15,6% no volume da Ritmo Logística.



### *Custo dos Serviços Prestados*

O custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 16,7%, passando de R\$ 1.670,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 1.949,2 milhões no mesmo período em 2012, refletindo o crescimento dos resultados operacionais da companhia.

### *Despesas Operacionais*

As despesas operacionais consolidadas da Companhia aumentaram 7,2%, passando de R\$ 155,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 166,4 milhões no mesmo período em 2012.

### *Despesas Financeiras Líquidas*

As despesas financeiras líquidas consolidadas da Companhia cresceram 2,5%, passando de R\$ 908,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 931,5 milhões no mesmo período em 2012, refletindo, principalmente, o maior endividamento da Companhia.

### *Imposto de Renda*

O imposto de renda consolidado passou de R\$ 37,2 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 57,9 milhões no mesmo período em 2012.

### *Lucro Líquido*

Como consequência dos resultados discutidos acima, o lucro líquido consolidado da Companhia apresentou uma queda de 3,1%, passando de R\$ 244,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 237,3 milhões no mesmo período em 2012.

### ***Análise dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013***

Esta seção trata da análise dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011, 2012 E 2013**  
(Em milhares de reais)

|   | <u>31/12/2013</u> | <u>AV % (1)</u> | <u>31/12/2012</u> | <u>AV % (1)</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>AV % (1)</u> | <u>Variação (2)</u><br><u>2012/2013</u> | <u>Variação (2)</u><br><u>2011/2012</u> |
|---|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|---|---|
| <b>ATIVO</b>  |                   |                 |                   |                 |                   |                 |   |   |
| <b>Circulante</b>                                   |                   |                 |                   |                 |                   |                 |   |   |
| Caixa e equivalente caixa                           | 2.917.636         | 15,45%          | 2.508.360         | 14,21%          | 2.099.738         | 14,85%          | 16,32%                                  | 19,46%                                  |
| Contas a receber de clientes                        | 423.185           | 2,24%           | 392.797           | 2,23%           | 271.837           | 1,92%           | 7,74%                                   | 44,50%                                  |
| Estoques  | 166.343           | 0,88%           | 160.904           | 0,91%           | 124.320           | 0,88%           | 3,38%                                   | 29,43%                                  |
| Créditos com congêneres                             | 769               | 0,00%           | 850               | 0,00%           | 1.639             | 0,01%           | -9,53%                                  | -48,14%                                 |
| Antecipações de arrendamento                        | 6.186             | 0,03%           | 6.186             | 0,04%           | 6.186             | 0,04%           | 0,00%                                   | 0,00%                                   |
| Impostos e contribuições a recuperar                | 418.067           | 2,21%           | 323.003           | 1,83%           | 363.476           | 2,57%           | 29,43%                                  | -11,13%                                 |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos   | 132.834           | 0,70%           | 137.922           | 0,78%           | -                 | 0,00%           | -3,69%                                  | 100,00%                                 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio            | -                 | 0,00%           | 2.539             | 0,01%           | 338               | 0,00%           | -100,00%                                | 651,18%                                 |
| Adiantamentos e outras contas a receber             | 230.054           | 1,22%           | 126.817           | 0,72%           | 80.913            | 0,57%           | 81,41%                                  | 56,73%                                  |
| Despesas antecipadas                                | 13.251            | 0,07%           | 15.887            | 0,09%           | 13.541            | 0,10%           | -16,59%                                 | 17,33%                                  |
| <b>Total do ativo circulante</b>                    | <b>4.308.325</b>  | <b>22,82%</b>   | <b>3.675.265</b>  | <b>20,82%</b>   | <b>2.961.988</b>  | <b>20,94%</b>   | <b>17,22%</b>                           | <b>24,08%</b>                           |
| <b>Não circulante</b>                               |                   |                 |                   |                 |                   |                 |   |   |
| <b>Realizável a longo Prazo</b>                     |                   |                 |                   |                 |                   |                 |   |   |
| Clientes e operações a receber                      | 30.090            | 0,16%           | -                 | 0,00%           | -                 | 0,00%           | 100,00%                                 | 0,00%                                   |
| Antecipações de arrendamento                        | 75.982            | 0,40%           | 82.168            | 0,47%           | 88.355            | 0,62%           | -7,53%                                  | -7,00%                                  |
| Impostos e contribuições a recuperar                | 416.841           | 2,21%           | 423.826           | 2,40%           | 363.102           | 2,57%           | -1,65%                                  | 16,72%                                  |
| Impostos de renda e contribuição social a recuperar | 44.308            | 0,23%           | 38.867            | 0,22%           | -                 | 0,00%           | 14,00%                                  | 100,00%                                 |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos   | 661.120           | 3,50%           | 581.493           | 3,29%           | 509.617           | 3,60%           | 13,69%                                  | 14,10%                                  |
| Depósitos restituíveis e valores vinculados         | 330.166           | 1,75%           | 328.484           | 1,86%           | 353.949           | 2,50%           | 0,51%                                   | -7,19%                                  |
| Outros valores realizáveis a longo prazo            | 103.372           | 0,55%           | 74.067            | 0,42%           | 67.914            | 0,48%           | 39,57%                                  | 9,06%                                   |
| Despesas antecipadas de longo prazo                 | 5.253             | 0,03%           | 6.794             | 0,04%           | 7.441             | 0,05%           | -22,68%                                 | -8,70%                                  |
|   | <b>1.667.132</b>  | <b>8,83%</b>    | <b>1.535.699</b>  | <b>8,70%</b>    | <b>1.390.378</b>  | <b>9,83%</b>    | <b>8,56%</b>                            | <b>10,45%</b>                           |
| <b>Ativo Permanente</b>                             |                   |                 |                   |                 |                   |                 |   |   |
| Investimentos                                       | 1.925.334         | 10,20%          | 2.010.370         | 11,39%          | 9.886             | 0,07%           | -4,23%                                  | 20235,52%                               |
| Intangível  | 2.410.244         | 12,76%          | 2.464.546         | 13,96%          | 2.517.975         | 17,80%          | -2,20%                                  | -2,12%                                  |
| Imobilizado   | 8.570.681         | 45,39%          | 7.966.537         | 45,13%          | 7.261.881         | 51,35%          | 7,58%                                   | 9,70%                                   |
|   | <b>12.906.259</b> | <b>68,35%</b>   | <b>12.441.453</b> | <b>70,48%</b>   | <b>9.789.742</b>  | <b>69,22%</b>   | <b>3,74%</b>                            | <b>27,09%</b>                           |
| <b>Total do ativo não circulante</b>                | <b>14.573.391</b> | <b>77,18%</b>   | <b>13.977.152</b> | <b>79,18%</b>   | <b>11.180.120</b> | <b>79,06%</b>   | <b>4,27%</b>                            | <b>25,02%</b>                           |
| <b>Total do ativo</b>                               | <b>18.881.716</b> | <b>100,00%</b>  | <b>17.652.417</b> | <b>100,00%</b>  | <b>14.142.108</b> | <b>100,00%</b>  | <b>6,96%</b>                            | <b>24,82%</b>                           |

**BALANÇOS PATRIMONIAIS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011, 2012 E 2013**  
(Em milhares de reais)

|  | <u>31/12/2013</u> | <u>AV % (1)</u> | <u>31/12/2012</u> | <u>AV % (1)</u> | <u>31/12/2011</u> | <u>AV % (1)</u> | <u>Varição (2)</u><br><u>2012/2013</u> | <u>Varição (2)</u><br><u>2011/2012</u> |
|--|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|--|--|
| <b>PASSIVO</b>                               |                   |                 |                   |                 |                   |                 |  |  |
| <b>Circulante</b>                            |                   |                 |                   |                 |                   |                 |  |  |
| Fornecedores                                 | 721.113           | 3,82%           | 513.909           | 2,91%           | 462.896           | 3,27%           | 40,32%                                 | 11,02%                                 |
| Empréstimos e financiamentos                 | 893.322           | 4,73%           | 860.655           | 4,88%           | 457.534           | 3,24%           | 3,80%                                  | 88,11%                                 |
| Debêntures                                   | 241.154           | 1,28%           | 241.777           | 1,37%           | 243.781           | 1,72%           | -0,26%                                 | -0,82%                                 |
| Instrumentos Derivativos                     | 9.630             | 0,05%           | 24.474            | 0,14%           | -                 | 0,00%           | -60,65%                                | 100,00%                                |
| Obrigações fiscais                           | 27.054            | 0,14%           | 34.759            | 0,20%           | 43.157            | 0,31%           | -22,17%                                | -19,46%                                |
| Débitos com congêneres                       | 2.541             | 0,01%           | 2.786             | 0,02%           | 2.370             | 0,02%           | -8,79%                                 | 17,55%                                 |
| Arrendamentos e concessões                   | 17.878            | 0,09%           | 42.459            | 0,24%           | 26.621            | 0,19%           | -57,89%                                | 59,49%                                 |
| Adiantamentos de clientes                    | 186.469           | 0,99%           | 149.719           | 0,85%           | 96.277            | 0,68%           | 24,55%                                 | 55,51%                                 |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias    | 111.752           | 0,59%           | 117.926           | 0,67%           | 97.078            | 0,69%           | -5,24%                                 | 21,48%                                 |
| Arrendamento mercantil                       | 365.466           | 1,94%           | 186.091           | 1,05%           | 235.859           | 1,67%           | 96,39%                                 | -21,10%                                |
| Parcelamentos fiscais e previdenciários      | 25.382            | 0,13%           | 35.124            | 0,20%           | 35.239            | 0,25%           | -27,74%                                | -0,33%                                 |
| Outras contas a pagar                        | 48.954            | 0,26%           | 53.609            | 0,30%           | 26.043            | 0,18%           | -8,68%                                 | 105,85%                                |
| Antecipações de créditos imobiliários        | 155.264           | 0,82%           | 151.030           | 0,86%           | 151.611           | 1,07%           | 2,80%                                  | -0,38%                                 |
| Receitas diferidas                           | 2.611             | 0,01%           | 2.611             | 0,01%           | 2.611             | 0,02%           | 0,00%                                  | 0,00%                                  |
| Dividendos e juros sobre capital próprio     | 12.564            | 0,07%           | 64.824            | 0,37%           | 60.058            | 0,42%           | -80,62%                                | 7,94%                                  |
| <b>Total do passivo circulante</b>           | <b>2.821.154</b>  | <b>14,94%</b>   | <b>2.481.753</b>  | <b>14,06%</b>   | <b>1.941.135</b>  | <b>13,73%</b>   | <b>13,68%</b>                          | <b>27,85%</b>                          |
| <b>Não Circulante</b>                        |                   |                 |                   |                 |                   |                 |  |  |
| <b>Exigível a longo prazo</b>                |                   |                 |                   |                 |                   |                 |  |  |
| Empréstimos e financiamentos                 | 3.084.154         | 16,33%          | 2.436.141         | 13,80%          | 2.751.214         | 19,45%          | 26,60%                                 | -11,45%                                |
| Debêntures                                   | 2.722.485         | 14,42%          | 2.864.556         | 16,23%          | 2.179.208         | 15,41%          | -4,96%                                 | 31,45%                                 |
| Instrumentos Derivativos                     | 21.563            | 0,11%           | 24.551            | 0,14%           | -                 | 0,00%           | -12,17%                                | 100,00%                                |
| Provisão para contingências                  | 210.671           | 1,12%           | 218.114           | 1,24%           | 209.681           | 1,48%           | -3,41%                                 | 4,02%                                  |
| Arrendamentos e concessões                   | 1.647.383         | 8,72%           | 1.466.303         | 8,31%           | 1.296.441         | 9,17%           | 12,35%                                 | 13,10%                                 |
| Arrendamento Mercantil                       | 1.313.080         | 6,95%           | 1.331.427         | 7,54%           | 1.032.467         | 7,30%           | -1,38%                                 | 28,96%                                 |
| Parcelamentos fiscais e previdenciários      | 146.323           | 0,77%           | 161.153           | 0,91%           | 182.779           | 1,29%           | -9,20%                                 | -11,83%                                |
| Antecipações de créditos imobiliários        | 280.681           | 1,49%           | 361.864           | 2,05%           | 422.237           | 2,99%           | -22,43%                                | -14,30%                                |
| Outras exigibilidades                        | 22.248            | 0,12%           | 7.877             | 0,04%           | 11.693            | 0,08%           | 182,44%                                | -32,63%                                |
| Receitas diferidas                           | 2.013.699         | 10,66%          | 2.022.256         | 11,46%          | 27.692            | 0,20%           | -0,42%                                 | 7202,67%                               |
| <b>Total do passivo não circulante</b>       | <b>11.462.287</b> | <b>60,71%</b>   | <b>10.894.242</b> | <b>61,72%</b>   | <b>8.113.412</b>  | <b>57,37%</b>   | <b>5,21%</b>                           | <b>34,27%</b>                          |
| <b>Patrimônio líquido</b>                    |                   |                 |                   |                 |                   |                 |  |  |
| Capital social                               | 3.448.283         | 18,26%          | 3.433.941         | 19,45%          | 3.433.941         | 24,28%          | 0,42%                                  | 0,00%                                  |
| Reservas de capital                          | 315.100           | 1,67%           | 82.809            | 0,47%           | 63.001            | 0,45%           | 280,51%                                | 31,44%                                 |
| Reservas de lucros                           | 708.947           | 3,75%           | 708.609           | 4,01%           | 530.104           | 3,75%           | 0,05%                                  | 33,67%                                 |
| Ajustes patrimoniais                         | (120.587)         | -0,64%          | (33.802)          | -0,19%          | (19.036)          | -0,13%          | 256,75%                                | 77,57%                                 |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | -                 | 0,00%           | 12.191            | 0,07%           | 12.295            | 0,09%           | -100,00%                               | -0,85%                                 |
| Acionistas não controladores                 | 246.532           | 1,31%           | 72.674            | 0,41%           | 67.256            | 0,48%           | 239,23%                                | 8,06%                                  |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>           | <b>4.598.275</b>  | <b>24,35%</b>   | <b>4.276.422</b>  | <b>24,23%</b>   | <b>4.087.561</b>  | <b>28,90%</b>   | <b>7,53%</b>                           | <b>4,62%</b>                           |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> | <b>18.881.716</b> | <b>100,00%</b>  | <b>17.652.417</b> | <b>100,00%</b>  | <b>14.142.108</b> | <b>100,00%</b>  | <b>6,96%</b>                           | <b>24,82%</b>                          |

(1) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre o total do ativo/passivo no mesmo período.

(2) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre os períodos comparados.

***Análise do Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2012 comparado com o Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2013:***

***Caixa e Equivalentes de Caixa***

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 2.917,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumento de 16,3% em comparação com R\$ 2.508,4 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa foi influenciada pela geração de caixa operacional da Companhia, pelos investimentos realizados e pelas atividades de financiamento durante o período.

### *Contas a receber de clientes*

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia cresceu 15,4%, passando de R\$ 392,8 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 453,3 milhões em 31 de dezembro de 2013. O impacto nesses valores decorreu, principalmente, pelo aumento dos seus resultados operacionais.

### *Estoques*

Os estoques totalizaram R\$ 166,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 3,4% em comparação com R\$ 160,9 milhões em 31 de dezembro de 2012.

### *Impostos e contribuições a recuperar*

Os impostos e contribuições a recuperar totalizaram R\$ 1.012,1 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 9,6% quando comparados aos R\$ 923,6 milhões em 31 de dezembro de 2012.

### *Investimentos*

O total de investimentos em 2013 foi de R\$1.925,3 milhões, 4,2% menor em relação à 2012, o qual totalizou R\$2.010,4 milhões.

### *Imobilizado*

O imobilizado da Companhia totalizou R\$ 8.570,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 7,6% quando comparados aos R\$ 7.966,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. O impacto nesses valores decorreu principalmente em função dos investimentos anuais da Companhia em manutenção e expansões da capacidade do material rodante e da malha ferroviária, das obras da duplicação do trecho Campinas a Santos, aquisição de material rodante pela Brado e pela depreciação dos ativos.

## **PASSIVO**

### *Fornecedores*

O saldo a pagar aos fornecedores da Companhia totalizou R\$ 721,1 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando um aumento de 40,3%, quando comparado a R\$ 513,9 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu das aquisições de materiais de manutenção e melhoria da malha ferroviária da atividade operacional da Companhia, assim como do alongamento do prazo de pagamento.

### *Debêntures*

O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$ 2.963,6 milhões, apresentando uma queda de 4,6%, quando comparados aos R\$ 3.106,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função das amortizações ocorridas no período.

### *Arrendamentos e Concessões*

Em 31 de dezembro de 2013, arrendamentos e concessões de curto e longo prazo totalizaram R\$ 1.665,3 milhões, representando um aumento de 10,4%, quando comparados aos R\$ 1.508,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu da adição das parcelas vencidas em 2013, tendo em vista que Companhia não realiza o pagamento da totalidade das parcelas por discutir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e arrendamento da ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A e da correção do saldo devedor. Tais valores são garantidos por fianças bancárias.

### *Arrendamento mercantil*

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de arrendamento mercantil de curto e longo prazo da Companhia totalizou R\$ 1.678,5 milhões, representando um aumento de 10,6%, quando comparados aos R\$ 1.517,5 milhões em 31 de dezembro de 2012.

### *Receitas diferidas*

O total de receitas diferidas permaneceu praticamente estável em 2013 em comparação à 2012. O total em 2012 foi de R\$2.024,9 milhões, diminuindo 0,4% em 2013, para R\$2.016,3 milhões.

### *Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 4.598,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 7,5%, quando comparados aos R\$ 4.276,4 milhões em 31 de dezembro de 2012.

### ***Análise do Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2011 comparado com o Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2012:***

#### *Caixa e Equivalentes de Caixa*

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 2.508,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumento de 19,5% em comparação com R\$ 2.099,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Os valores foram impactados pelas captações de recursos a serem aplicados nos projetos de investimentos.

#### *Contas a receber de clientes*

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia cresceu 44,5%, passando de R\$ 271,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 392,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. O impacto nesses valores decorreu, principalmente, pelo aumento dos seus resultados operacionais.

### *Estoques*

Os estoques totalizaram R\$ 160,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando 29,4% em comparação com R\$ 124,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento reflete, principalmente, a aquisição de trilhos e dormentes para manutenção e melhorias na malha ferroviária da Companhia e de suas controladas.

### *Impostos e contribuições a recuperar*

Os impostos e contribuições a recuperar totalizaram R\$ 923,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando 27% quando comparados aos R\$ 726,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu devido à atualização do crédito- prêmio IPI e da reversão de provisão para perdas de créditos de ICMS que se tornaram recuperáveis.

### *Investimentos*

O aumento de 20.235% nos investimentos é referente à aquisição de 50,38% na Vetria Mineração S.A. que é considerado uma controlada em conjuntos.

### *Imobilizado*

O imobilizado da Companhia totalizou R\$ 7.966,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumentando 9,7% quando comparados aos R\$ 7.261,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. O impacto nesses valores decorreu da ampliação da malha ferroviária relacionada ao projeto Rondonópolis, além do plano de investimentos anual da Companhia relacionado à manutenção de outras expansões da malha ferroviária.

## **PASSIVO**

### *Fornecedores*

Os fornecedores da Companhia totalizaram R\$ 513,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, apresentando um aumento de 11%, quando comparados aos R\$ 462,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu das aquisições de materiais de manutenção e melhoria da malha ferroviária, assim como alongamento do prazo de pagamento.

### *Debêntures*

O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$ 3.140,4 milhões, apresentando um aumento de 30%, quando comparados aos R\$ 2.423,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função das novas debêntures emitidas durante 2012.

### *Arrendamentos e Concessões*

Em 31 de dezembro de 2012, arrendamentos e concessões de curto e longo prazo totalizaram R\$ 1.508,8 milhões, representando um aumento de 14%, quando comparados aos R\$ 1.323,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu da adição das

parcelas vencidas em 2012, tendo em vista que Companhia não realiza o pagamento destas parcelas por discutir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e arrendamento da ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. Tais valores são garantidos por fianças bancárias.

#### *Arrendamento mercantil*

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de arrendamento mercantil de curto e longo prazo da Companhia totalizou R\$ 1.517,5 milhões, representando um aumento de 20%, quando comparados aos R\$ 1.268,4 milhões em 31 de dezembro de 2011.

#### *Receitas diferidas*

O aumento de 7.202% nas receitas diferidas é decorrente do ganho na aquisição da participação na Vetria Mineração S.A. e será realizada à medida da exaustão e comercialização do minério.

#### *Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 4.203,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 5%, quando comparados aos R\$ 4.020,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento reflete principalmente as retenções do lucro líquido do exercício de 2012 no montante de R\$ 237,3 milhões.

## **10.2. Resultado operacional e financeiro**

### **a. Resultados das operações da Companhia**

#### *(i) Descrição de componentes importantes da receita*

Os Diretores da Companhia esclarecem que a totalidade da receita da Companhia é denominada em reais, e provém da prestação de serviços logísticos, incluindo transporte ferroviário e rodoviário nacional e internacional, armazenagem, transporte customizado de contêineres combinado com distribuição fracionada e transporte intermodal porta-a-porta. A Companhia é composta por quatro negócios principais: (i) Operações Ferroviárias, (ii) Brado Logística, com foco em contêineres, (iii) Ritmo Logística, com foco rodoviário, e (iv) Vetria Mineração, com um sistema integrado de logística mina-ferro-porto.

#### *(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais*

Os Diretores da Companhia entendem que diversos fatores podem afetar materialmente a condição financeira, a liquidez ou os resultados operacionais da Companhia, influenciando seus resultados futuros que poderão diferir de maneira significativa das declarações e



projeções por ela divulgadas. Os Diretores da Companhia entendem que os principais fatores que podem impactar os resultados operacionais da Companhia são:

- a implantação de estratégias operacionais, incluindo aquisições atuais ou potenciais, *joint-ventures* e outras oportunidades de investimento. Os Diretores da Companhia afirmam que a implantação de estratégias operacionais, aquisições e outras oportunidades é baseada em planos de negócios realizados pela Companhia, que incluem premissas e estimativas, e que são realizados com as informações disponíveis à época. A não ocorrência destas premissas bem como novas informações relevantes, além da dificuldade na execução dos planos, podem impactar os planos da Companhia;
- condições econômicas gerais no país, tais como os índices de crescimento econômico, flutuações nas taxas de juros ou inflação. Os Diretores da Companhia afirmam que a companhia possui dívidas financeiras atreladas a taxas de juros flutuantes, como o CDI e que flutuações nessas taxas podem onerar o resultado da Companhia;
- condições sociais e políticas gerais no país. Os Diretores da Companhia afirmam que as condições econômicas e sociais no Brasil podem impactar os negócios da Companhia, uma vez que seu crescimento, bem como o crescimento de sua receita depende em parte do crescimento de PIB e das condições para exportações;
- intervenção governamental, resultando em mudanças no ambiente econômico, fiscal, tarifário ou regulatório no Brasil. Os Diretores da Companhia afirmam que mudanças fiscais e/ou tarifárias, por exemplo, podem impactar diretamente em aumento de custos da Companhia e redução na sua capacidade de geração de caixa;
- condições do setor, tais como a intensidade da demanda por serviços, tamanho das safras no país, a intensidade da concorrência, pressões sobre a formação de preços, a introdução de novos serviços pela Companhia ou por suas concorrentes, mudanças na tecnologia e na capacidade de obter equipamentos de fornecedores sem interrupções e a preços razoáveis, e as condições financeiras de seus clientes;
- fatores operacionais e atividades tecnológicas e o consequente alcance de melhores níveis de eficiência e produtividade. Os Diretores da Companhia afirmam que o plano de negócio da Companhia se embasa em ganhos de produtividade em função de investimentos em tecnologia operacional e que a não realização desses investimentos pode impactar a Companhia;
- alteração nos volumes transportados, medidos em TKU (Tonelada – Quilômetro Útil) para o segmento ferroviário, KR (Quilômetro Rodado) para a Ritmo Logística e quantidade de contêineres transportados para a Brado Logística. Os Diretores da Companhia afirmam que qualquer redução de receita impactaria negativamente o resultado da Companhia;
- variação nas tarifas de transporte praticadas pela Companhia. Os Diretores da Companhia afirmam que qualquer redução de receita impactaria negativamente o resultado da Companhia; e



- acidentes operacionais que, eventualmente, bloqueiem passagens ou causem uma incapacidade produtiva ou de prestação de serviços.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A tabela abaixo indica a receita líquida da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011:

|                               | <b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:</b> |             |             |
|-------------------------------|---|-------------|-------------|
|                               | <b>2013</b>   | <b>2012</b> | <b>2011</b> |
|                               | <i>(em R\$ milhões)</i>                                 |             |             |
| América Latina Logística S.A. | 3.641,4   | 3.335,7     | 2.987,1     |

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações nas receitas durante os anos de 2011 a 2013 deveram-se, principalmente, às variações no volume ferroviário, rodoviário e de contêineres transportados, às variações nas tarifas de transporte praticadas nos respectivos períodos e às questões operacionais, que podem influir na receita por meio da diminuição da capacidade produtiva, quais sejam acidentes operacionais que, eventualmente, bloqueiem passagens ou causem uma incapacidade produtiva ou de prestação de serviços.

A receita líquida de serviços da Companhia aumentou 9,2%, passando de R\$ 3.335,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 3.641,4 milhões no mesmo período em 2013. Esse crescimento reflete o aumento da receita líquida de 8,9% da ALL Operações Ferroviárias, 18,8% da receita líquida da Brado Logística e 3,1% da receita líquida da Ritmo Logística.

A variação positiva de 11,7% na receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 em relação ao mesmo período em 2011, é decorrente do aumento de 7,7% no volume transportado pelas operações ferroviárias e o início das operações da Brado Logística no segundo trimestre de 2011 e da Ritmo Logística no terceiro trimestre de 2011.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Os Diretores da Companhia esclarecem que os negócios da Companhia são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil.

A inflação poderá afetar o desempenho financeiro e os resultados operacionais da Companhia, uma vez que uma expressiva parcela de seus custos, principalmente com combustíveis, e despesas incorrem em reais e estão sujeitas aos efeitos da inflação ou são por ela reajustadas. Uma taxa de inflação mais elevada no Brasil poderá aumentar o custo dos principais suprimentos necessários às atividades da Companhia. Os contratos

comerciais celebrados pela Companhia com seus clientes são indexados pelas variações (i) da taxa do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, e (ii) dos preços do diesel. Dessa forma, a Companhia consegue se proteger parcialmente de eventuais desequilíbrios econômico-financeiros decorrentes dessas variações, diminuindo impactos em seus resultados financeiros. Adicionalmente, a Companhia possui diversos contratos financeiros indexados pelo IGPM, inclusive passivos de arrendamento. Variações significativas das taxas de inflação poderão aumentar o passivo da Companhia, bem como suas despesas financeiras.

A Companhia está sujeita à possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, tendo em vista que parte dos produtos utilizados pela Companhia em suas atividades são adquiridos no mercado externo em moeda estrangeira. Eventuais flutuações cambiais podem aumentar os saldos de passivo, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como reduzir saldos de aplicações ou outros ativos.

Vide a seguir análise de sensibilidade ao risco de flutuação da taxa de câmbio, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. Os Diretores da Companhia consideraram como cenário provável o câmbio projetado para o exercício de 2014, segundo projeções macroeconômicas em 31/12/2013:

**Risco de Apreciação da Taxa de Juros**

| Operação                                  | Risco | Valor Nocial | Valor Justo | Cenário Provável | (Ganho)/perda | (Ganho)/perda |
|---|-------|--------------|-------------|------------------|---------------|---------------|
|   |       |              | em          |                  | +25%          | +50%          |
|   |       |              | 31/12/2013  |                  |               |               |
| <b>ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</b>      |       |              |             |                  |               |               |
| Debêntures 3ª Emissão                     | CDI   | 166.666      | 20.789      | 20.601           | 25.751        | 30.901        |
| Swap Ponta Ativa - Contraparte HSBC       | Pré   | (166.666)    | (20.789)    | (20.594)         | (25.742)      | (30.890)      |
| CCB                                       | CDI   | 90.489       | 20.789      | 17.944           | 21.984        | 26.023        |
| Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander  | Pré   | (90.489)     | (20.789)    | (17.936)         | (21.974)      | (26.012)      |
| Debênture 9ª Emissão                      | CDI   | 367.590      | (2.414)     | 48.387           | 58.928        | 69.469        |
| Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander  | Pré   | (367.590)    | 2.414       | (48.430)         | (58.981)      | (69.532)      |
| Debênture 8ª Emissão Malha Norte          | CDI   | 161.397      | 28.021      | 16.471           | 16.471        | 16.471        |
| Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander  | Pré   | (161.397)    | (28.021)    | (16.471)         | (16.471)      | (16.471)      |
| Debênture 8ª Emissão Holding              | CDI   | 539.160      | (2.084)     | 70.639           | 86.028        | 101.417       |
| Swap Ponta Ativa - Contraparte Votorantim | Pré   | (539.160)    | 2.084       | (70.759)         | (86.173)      | (101.588)     |
| <b>Referências</b>                        |       |              |             |                  |               |               |
| CDI Médio (a.a.)                          |       |              |             | 10,00%           | 12,50%        | 15,00%        |

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

Para evitar impactos relevantes em seu resultado financeiro em decorrência das variações das taxas de câmbio a Companhia tem como política a utilização de instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. A companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores, tendo em vista as taxas de juros aplicáveis às debêntures da 5ª, 6ª, 8ª, 9ª e 10ª emissão da Companhia, bem como aos empréstimos e financiamentos por ela contratados. Eventuais variações nas taxas de juros ou nos demais indexadores das dívidas contraídas pela Companhia poderão aumentar a despesa financeira ou reduzir a receita financeira oriunda das aplicações da Companhia.

Vide a seguir análise de sensibilidade à deterioração de encargos financeiros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, considerando como cenário provável as taxas projetadas para o exercício de 2014 em 31/12/2013. Como cenários alternativos foram simulados aumentos nas taxas, considerando o fato de a Companhia possuir uma posição líquida de dívida:

**Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento**

| Operação  | Risco   | Cenário Provável | +25%    | +50%   |
|---|---------|------------------|---------|--------|
| <b>ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</b>                      |         |                  |         |        |
| <b>CAIXA</b>  |         |                  |         |        |
| Aplicações Indexadas ao CDI                               | CDI     | 253.386          | 316.732 | 380.07 |
| Aplicações Pré-Fixadas                                    | PRÉ     | 15.573           | 15.573  | 15.57  |
| <b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>                       |         |                  |         |        |
| Financiamentos Indexados à TJLP                           | TJLP    | 197.296          | 232.660 | 268.02 |
| Financiamentos Indexados ao CDI                           | CDI     | 120.415          | 149.387 | 178.35 |
| Financiamentos Pré / Pós Fixados via swap conforme item b | PRÉ/PÓS | 22.347           | 22.349  | 22.35  |
| Debêntures Indexadas ao CDI                               | CDI     | 161.889          | 195.258 | 228.62 |
| Debêntures Pré Fixados via swap conforme item b           | PRÉ     | 141.986          | 167.768 | 193.55 |
| IPCA  | IPCA    | 49.672           | 55.142  | 60.61  |
| Antecipações de Créditos Imobiliários Indexados ao CDI    | CDI     | 58.760           | 71.159  | 83.55  |
| <b>Referências</b>  |         |                  |         |        |
| CDI Médio (a.a.)  |         | 11,00%           | 13,75%  | 16,50% |
| TJLP  |         | 5,00%            | 6,25%   | 7,50%  |
| IPCA  |         | 6,10%            | 7,63%   | 9,15%  |

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

Na Companhia, esse risco tem impacto sobre a dívida. Para cobrir parcialmente esta exposição, a Companhia contrata operações de *swap*.

### 10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

#### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia esclarecem que em 5 de junho de 2013, o Governo Argentino rescindiu as concessões da ALL no país, nas quais a Companhia detinha direitos econômicos. Como efeito da rescisão, os resultados provenientes das operações na Argentina são agora apresentados como “Resultados de Operações Descontinuadas”, tanto em 2013, quanto 2012 e 2011. Portanto, os resultados da Argentina são apresentados em uma linha separada nas demonstrações de resultados da ALL Operações Ferroviárias. Com isso, as discussões sobre ALL Operações Ferroviárias referem-se somente às operações brasileiras, a não ser que de outro modo indicado.

#### **b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 1º de abril de 2011 entraram em vigor os contratos relacionados com a constituição da Brado Holding S.A., inscrita no CNPJ/MF n.º 12.341.295/0001-49, (“Brado Holding”) e da Brado Logística e Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF n. 12.341.618/0001-02 (“Brado Logística”), em conjunto com a Brado Holding, (“Brado”), com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, especificamente para atuar no segmento de contêineres, com o objeto de transporte, armazenagem, operação de terminais e retroáreas portuárias, *handling* e outros serviços logísticos. O impacto da efetivação desta operação, sob a ótica do CPC 15 – Combinação de Negócios, não foi relevante. Em 25 de outubro de 2013 o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS (“FI-FGTS”) capitalizou a Brado Logística em montante correspondente a R\$ 400 milhões. Em decorrência deste aumento de capital, a Companhia passou a deter, indiretamente, 62,22% do capital social da Brado Logística, o FI-FGTS passou a deter 22,22% e os demais acionistas passaram a deter 15,56%.

Em reunião realizada em 30 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de todos os contratos e atos societários praticados pelos administradores da Companhia com a finalidade de associar-se com a Ouro Verde Transporte e Locação S.A., (“Ouro Verde”) por meio da Ritmo Logística S.A., inscrita no CNPJ/MF n.º 12.898.982/0001-60, (“Ritmo”), visando à consolidação e combinação das operações de transporte rodoviário entre a ALL – América Latina Logística Intermodal S.A. (empresa controlada pela Companhia) e a Ouro Verde. O impacto da efetivação desta operação, sob a ótica do CPC 15 – Combinação de Negócios não foi relevante.

Em reunião realizada em 19 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de todos os contratos e atos societários praticados pelos administradores da Companhia com a finalidade de associar-se com os acionistas da Vetrial Mineração S.A. por meio da Vetria Mineração S.A. (“Vetria”), visando a implementação e operação de uma solução integrada para logística, extração, beneficiamento e exportação de minério. As condições suspensivas para a constituição da Vetria foram cumpridas em 3 de dezembro de 2012.

Em 12 de março de 2013 a Companhia alienou a totalidade da sua participação acionária na Araucária Rail Technology S.A..



Em 12 de abril de 2013, a controlada da Companhia, ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., incorporou a Santa Fé Vagões S.A., também controlada 100% da Companhia.

Em 4 de julho de 2013 a Companhia constituiu a empresa Paranaguá S.A., na Argentina.

Em 19 de dezembro de 2013 a Companhia alienou a totalidade das suas ações da ALL – Servicios Integrales S.A.

Além das operações descritas acima, não houve nenhuma outra aquisição ou alienação de participação societária que tenha sido relevante para Companhia, considerando que após a efetivação das operações societárias descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência não houve qualquer ganho de capital, ágio ou deságio, já que referidas operações foram realizadas pelo valor patrimonial das sociedades envolvidas.

### **c. Eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia afirmam que não ocorreram eventos ou operações não usuais não refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não há.

#### **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não há.

#### **c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da ALL – América Latina Logística S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### **10.5. Indicação e comentários acerca das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia**

Os Diretores da Companhia entendem que as Demonstrações Financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com a legislação societária brasileira e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário utilizar estimativas e adotar premissas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações, que podem afetar os valores apresentados de receitas, despesas de ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. As Demonstrações Financeiras da Companhia incluem, portanto, diversas estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de *impairment*, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, os Diretores da Companhia fizeram os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras:

#### *Compromissos de arrendamento mercantil*

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação desses arrendamentos como operacionais ou financeiros é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

#### *Estimativas e premissas*

Segue abaixo a discussão dos Diretores da Companhia sobre as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros.

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.



Adicionalmente, em relação ao ágio registrado no investimento da Companhia, classificado no Intangível, os Diretores da Companhia esclarecem que:

(i) O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado pela curva de realização considerando o prazo das concessões.

Nesse sentido, os Diretores da Companhia esclarecem, ainda, que o ágio pago em combinações de negócios foi alocado a dois grupos de Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), para fins de teste anual de perda no valor recuperável, como a seguir demonstrado:

- ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (“ALL Malha Norte”) (composta pelas empresas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL Malha Oeste e ALL Malha Norte); e

O valor recuperável da UGC Malha Norte (composta pelas concessionárias Malha Norte, Malha Paulista e Malha Oeste) foi determinado em dezembro de 2013, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para o período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos, aplicada a projeções de fluxo de caixa, é de 9,8% e os fluxos de caixa que excedem o período de 10 anos são perpetuados, utilizando uma taxa de crescimento de 2,0%, que a Administração considera adequada em relação ao crescimento projetado para o Brasil. Como resultado dessa análise, a Administração não identificou necessidade de provisão para perda no valor recuperável para esse grupo de UGC, ao qual está alocado um ágio de R\$ 2.339.982 (R\$ 2.396.016 em 31 de dezembro de 2012).

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso. O cálculo do valor em uso para a ALL Malha Norte é mais sensível às seguintes premissas:

#### *Margens operacionais*

As margens operacionais são baseadas nos valores médios obtidos nos três exercícios que antecedem o início do período orçamentário. Essas margens variam ao longo do tempo da projeção, conforme os projetos planejados pela empresa são implementados e se desenvolvem. No longo prazo a margem operacional projetada está em torno de 33% da Receita Líquida.

#### *Taxas de descontos*

As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos à unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento, e equivale a 9,8% a.a.. Outrossim, essa taxa foi ajustada para refletir a avaliação de mercado de qualquer risco específico à UGC.

### *Estimativas de taxas de crescimento*

As taxas são baseadas nas expectativas da administração para os próximos anos. A taxa de longo prazo utilizada foi de 8,5%a.a., em média, para extrapolar o orçamento a qual vem sendo ajustada por qualquer elemento adicional identificado pela administração.

### *Sensibilidade a mudanças nas premissas*

Entretanto, a administração acredita que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionadas levaria o valor contábil da unidade a exceder significativamente seu montante recuperável.

[RJP2]

### *Transações com pagamentos baseados em ações*

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

A tabela a seguir relaciona as premissas incluídas no modelo usado para estimar o valor justo das opções da última outorga:

|  | <u>2013</u>     |
|--|-----------------|
| Volatilidade esperada (%)              | 36.4%           |
| Taxa de juros livre de risco (%)       | 6% + IGPM       |
| Prazo de vida esperado da opção (anos) | 6               |
| Preço médio ponderado das ações (R\$)  | 11              |
| Modelo de precificação usado           | Black & Scholes |

O prazo de vida esperado das opções é baseado em dados históricos e não é necessariamente um indicativo do padrão de exercício que deve ocorrer. A volatilidade esperada reflete a premissa de que a volatilidade histórica dos 5 anos anteriores à data da outorga é indicativa da tendência futura, o que também pode não ser o resultado real.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia registra contabilmente as contribuições, a partir dos controles individuais de cada beneficiário, como adiantamento para futuro aumento de capital, integrante do patrimônio líquido e após a deliberação em Assembleia Geral, o montante é registrado como capital social. Para o caso específico de contribuições efetuadas na ordem de 30% para aquisições de opções, a Companhia registra o aumento de capital a partir do segundo aniversário, estando, por sua vez, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.



## *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal.

A Companhia, em conjunto com suas controladas, apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 2.831.414 (R\$ 2.761.260 em 2012). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra empresa do grupo, bem como a prejuízos cuja previsão realização ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. O impacto de possíveis variações de indicadores que podem sofrer variações de acordo com a volatilidade do mercado, e que podem impactar diretamente estes instrumentos foram objeto de análise de sensibilidade.

### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e recomendações presentes no relatório do auditor.**

### **a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os Diretores da Companhia afirmam que a avaliação dos controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras tem por objetivo fornecer conforto em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das Demonstrações Financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os Diretores da Companhia explicam que os controles internos da Companhia sobre a preparação das Demonstrações Financeiras incluem as políticas e procedimentos que:

- se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as operações da Companhia;
- fornecem segurança de que as operações são registradas de forma a permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que o fluxo financeiro é gerido de acordo com autorizações da Administração e dos Diretores da Companhia; e
- fornecem segurança de que operações não autorizadas pela Administração da Companhia, sejam detectadas e não tenham efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.

Os Diretores da Companhia explicam que a Administração da Companhia efetuou uma avaliação acerca dos controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013 e concluiu que a estrutura de Controles Internos referentes à preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia é adequada.

Os Diretores da Companhia entendem que não há imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia. Quando são identificadas deficiências nesses sistemas, a Companhia toma as medidas necessárias para sua correção. Adicionalmente, a Companhia procura adotar todas as recomendações fornecidas pelos auditores independentes em relação ao surgimento de eventuais deficiências com o objetivo de evitar sua ocorrência.

Adicionalmente, a Companhia atende aos padrões de Governança Corporativa do Novo Mercado.

As imperfeições nos controles internos da Companhia que geraram as recomendações previstas no relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 decorreram dos seguintes fatores: (i) inexistência de controles individualizados dos itens do ativo imobilizado.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

| Deficiência Identificada  | Recomendação  | Comentário da Administração   |
|---|---|---|
| Inexistência dos controles individualizados para itens do ativo imobilizado | Implementar controles que possibilitem a identificação dos itens do ativo imobilizado de maneira individualizada. | A Companhia controla seus bens por grupos (locomotivas, vagões e via permanente) por entender que esta é forma mais eficiente de controlar seus ativos. |

**10.7. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios.**

**a. Forma de utilização dos recursos resultantes**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, mas realizou oferta pública para emissão de debêntures.

**b. Desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Os Diretores da Companhia afirmam que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

**c. Razões para tais desvios**

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram desvios relevantes.

## **10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

### **a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

#### ***(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos***

Os Diretores da Companhia esclarecem que as controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A., no âmbito das concessões de serviço público de transporte ferroviário, firmaram contratos de arrendamento dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. Estes contratos de arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis operacionais e suas obrigações são registradas linearmente, em conformidade com seus prazos, nos termos do Pronunciamento Técnico 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, motivo pelo qual não são contabilizados no ativo consolidado da Companhia.

#### ***(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos***

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

#### ***(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços***

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

#### ***(iv) Contratos de construção não terminada***

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de construção não terminada.

#### ***(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

### **b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras, exceto os mencionados nesta seção.

## **10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

### **a. Alterações geradas nas receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não prevê alteração relevante de seu resultado por conta dos contratos de arrendamento e das operações de arrendamento mercantil operacional, uma vez que as despesas oriundas de tais transações já são registradas correntemente no resultado da companhia, nos termos do Pronunciamento Técnico 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### **b. Natureza e o propósito da operação**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a natureza da operação amparada no contrato de arrendamento firmado com a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. é a de utilizar pelo prazo de vigência dos contratos celebrados os bens arrendados e a malha ferroviária relacionada, com o propósito de atender a demanda por transporte ferroviário, conforme metas pré-estabelecidas.

### **c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a natureza das obrigações futuras assumidas pelas concessionárias através dos contratos de arrendamento dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. são parcelas pagas trimestralmente. Em contrapartida, as concessionárias têm o direito de utilizar os bens arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. pelo prazo da concessão de cada uma das malhas ferroviárias.

## **10.10. Comentários acerca dos principais elementos do plano de negócios da Companhia**

### **a. Investimentos**

#### ***(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos***

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, há necessidade de investimentos para: (i) aumento marginal da frota de locomotivas e vagões; (ii) modernização da operação; (iii) recuperação da via com substituição e instalação de dormentes e trilhos; (iv) construção e ampliação de pátios de cruzamento; e (v) investimentos em segurança e manutenção.

Os Diretores da Companhia esclarecem que dentro de seu negócio, a Companhia define como investimentos todos os gastos que tem como finalidade: (i) aumento da capacidade

de transporte; e (ii) melhorias na qualidade dos processos operacionais, resultando em benefícios para a Companhia, clientes e colaboradores. A projeção de investimento anual para as operações ferroviárias da ALL é de aproximadamente R\$ 800 milhões.

Os Diretores da Companhia esclarecem que o investimento em expansão está subdividido em: (i) aquisição marginal de material rodante; (ii) obras na via permanente como adição de pátios de cruzamento e troca de trilhos para aumento de capacidade; e (iii) outros investimentos referentes a sistemas, terminais e infraestrutura em geral. Esses investimentos não apresentam relação linear ou certa entre material rodante, via permanente e pátios, sendo realizados de acordo com o trecho.

Os Diretores da Companhia esclarecem que o investimento em manutenção, por sua vez, está subdividido em: (i) manutenção de locomotivas e vagões; (ii) manutenção da via permanente com reparos e substituição de trilhos e dormentes; e (iii) outros investimentos referentes à manutenção de sistemas, terminais e infraestrutura em geral. Esses investimentos compreendem todas as melhorias realizadas ao longo de aproximadamente 13 mil quilômetros de linha férrea e reparos na frota de material rodante da Companhia.

#### ***(ii) Fontes de financiamento dos investimentos***

Conforme informado no item 10.1 do Formulário de Referência, os recursos destinados para os investimentos na operação da Companhia são provenientes de resultados operacionais, financiamentos e linhas de crédito fornecidas tanto por bancos privados de grande porte, como também por bancos públicos como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Desde o início das operações, o BNDES se mostrou um parceiro importante para o desenvolvimento de nossa infraestrutura, suportado por meio de linhas de crédito de longo prazo, de acordo com o plano de investimento da Companhia. Atualmente possuímos uma linha de crédito aprovada em 2013 com 3 anos de duração, e aproximadamente R\$ 1,7 bilhão a ser desembolsado na medida em que os investimentos forem realizados.

Em 2008 emitimos debêntures via nossas controladas, totalizando R\$ 500 milhões, totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS. Tal emissão teve o objetivo de suportar os investimentos da Companhia entre os anos de 2008 e 2010.

Em 2009, realizamos uma emissão pública de debêntures totalizando R\$ 1,3 bilhão, no entanto sem o objetivo específico de levantar fundos para o financiamento de investimentos. Nesta época, o movimento fez-se necessário objetivando flexibilizar a estrutura de capital da empresa, dadas algumas restrições de controle acionário impostas pela ANTT - Agência Nacional dos Transportes Terrestres.

Em 2011, realizamos duas emissões públicas de debêntures totalizando R\$ 1,2 bilhão. Em 2012, realizamos uma emissão pública de debênture totalizando R\$ 750 milhões. Ambas as emissões tiveram o objetivo de alongar o prazo médio e melhorar o perfil das dívidas da Companhia. Essa decisão deu-se para aproveitar o bom momento de mercado de forma a assegurar a companhia um capital suficiente para que não ficasse vulnerável às possíveis

oscilações futuras de crédito do mercado, tendo em vista que estas condições são voláteis e variam de acordo com o cenário e perspectivas da economia mundial.

Em 2013, com a piora no cenário do mercado de capitais, emitimos R\$ 450 milhões em Notas de Crédito à Exportação (NCE), com custo atrativo. Além da NCE, firmamos contrato com o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), onde existe previsão de R\$ 110 milhões para desembolso durante os anos de 2014 e 2015.

***(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

Os Diretores da Companhia esclarecem que em 5 de junho de 2013, o Governo Argentino rescindiu as concessões da ALL no país, nas quais a Companhia detinha direitos econômicos. Como efeito da rescisão, os resultados provenientes das operações na Argentina são agora apresentados como “Resultados de Operações Descontinuadas”, tanto em 2013, quanto 2012 e 2011. Portanto, os resultados da Argentina são apresentados em uma linha separada nas demonstrações de resultados da ALL Operações Ferroviárias. Com isso, as discussões sobre ALL Operações Ferroviárias referem-se somente às operações brasileiras, a não ser que de outro modo indicado.

**b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, desde que já divulgados**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

**c. Novos produtos e serviços**

***(i) Pesquisas em andamento já divulgadas***

Os Diretores da Companhia esclarecem que na data do Formulário de Referência não há pesquisas em andamento já divulgadas.

***(ii) Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não gastou qualquer montante em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos e serviços, tendo em vista que não há pesquisas em andamento.

***(iii) e (iv) Projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Os Diretores da Companhia esclarecem que dentre os investimentos que a Companhia tem para expansão da capacidade e melhorias em sua malha, sendo os mais relevante o Projeto Rondonópolis e o da duplicação de Campinas a Santos, qual seja:



- O projeto Rondonópolis consiste na extensão de 260 km de via entre os municípios de Alto Araguaia e Rondonópolis, ambos no Estado do Mato Grosso. Para a realização do projeto, o BNDES aprovou uma linha de financiamento que corresponde a 90% do investimento e com prazo de duração de 20 (vinte) anos. Além da extensão da ferrovia, o projeto também consistiu na construção do Complexo Intermodal Rondonópolis (CIR), sendo o maior complexo logístico da América Latina. O projeto foi finalizado em 2012 e começou suas operações em agosto de 2013. O montante envolvido no projeto foi de aproximadamente R\$ 880 milhões.
- Em 2009 a Companhia estabeleceu uma relação com a Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. para o fomento do transporte de açúcar pela ferrovia do Estado de São Paulo com destino ao Porto de Santos. Essa relação, estabelecida para o desenvolvimento de uma parceria entre as partes, previa uma série de investimentos, entre eles a duplicação do trecho entre Campinas e Santos. Tal duplicação tem como previsão um custo total de cerca de R\$535 milhões, a serem investidos pela Rumo. Cerca de 80% da obra está concluída, porém para a conclusão da totalidade, dois subtrechos aguardam a Licença Ambiental do IBAMA.

#### **10.11. Outros fatores com influência relevante**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que, no julgamento dos administradores, devam ser comentados.





**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 10º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento as informações previstas nos itens 12.6 a 12.10 (informações sobre os **candidatos indicados pela administração e/ou acionistas controladores**) do Formulário de Referência instituído pela Instrução CVM 480/2009.

Adicionalmente, a Companhia informa que *(i)* o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; *(ii)* cópia das demonstrações financeiras; *(iii)* parecer dos auditores independentes; e *(iv)* parecer do conselho fiscal; *(v)* formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE), no dia 26 de fevereiro de 2014.

**ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09  
ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O candidatos a membro do Conselho de Administração apoiados pela administração e acionistas controladores declarou para a Companhia que nos últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ainda, a Companhia informa que:

(i) não há relações conjugais, uniões estáveis entre os candidatos ao Conselho de Administração e os demais administradores da Companhia, mas há parentesco até o segundo grau existente entre os Srs. Wilson Ferro de Lara, a Sra. Paula Suelen de Lara Bau e o Sr. Mario Mendes de Lara Neto; entre os Srs. Riccardo Arduini, Giancarlo Arduini e Alessandro Arduini e; entre os Srs. Raimundo Pires Martins da Costa e o Sr. Agilberto Pires Martins da Costa, todos membros do Conselho de Administração da Companhia;

(ii) não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre os candidatos ao Conselho de Administração e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia;

(iii) não há relações conjugais e uniões estáveis, até o segundo grau, existente entre os candidatos ao Conselho de Administração e controladores diretos ou indiretos da Companhia, mas há parentesco até o segundo grau existentes entre os Srs. Wilson Ferro de Lara, a Sra. Paula Suelen de Lara Bau e o Sr. Mario Mendes de Lara Neto; entre os Srs. Riccardo Arduini, Giancarlo Arduini e Alessandro Arduini, todos conselheiros de administração e controladores, diretos e indiretos, da Companhia;

(iv) não há relações de subordinação e prestação de serviço, nos últimos 3 (três) exercícios sociais entre os candidatos do Conselho de Administração e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; (b) controlador direto ou indireto da Companhia e (c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas. Entretanto, há relação de controle mantidas, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, entre os Srs. Nelson Rozental, Ricardo Propheta Marques, Riccardo Arduini, Giancarlo Arduini e Alessandro Arduini, Wilson Ferro de Lara, todos conselheiros de administração e controladores direto da Companhia.

---

---

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Nome</b>          | <b>Giancarlo Arduini</b>  |
| <b>CPF/MF</b>        | 308.224.798-93  |
| <b>Idade</b>         | 31  |
| <b>Profissão</b>     | Advogado  |
| <b>Cargo</b>         | Conselheiro de Administração (Titular)  |
| <b>Data Eleição</b>  | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10/04/2014 |
| <b>Data Posse</b>    | Se aprovada a eleição, 10/04/2014   |
| <b>Prazo Mandato</b> | Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2015  |
| <b>Indicação</b>     | Controlador   |
| <b>Outros cargos</b> | Membro do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações                              |

### **Currículo**

Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP em 2005, com especialização incompleta em Business Economics na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é: (i) Gerente de Business Performance do Burger King Group GmbH; (ii) Advogado; (iii) Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia; (iv) membro titular do Conselho de Administração da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (companhia aberta de investimentos e administração de imóveis comerciais no Brasil); e (v) membro titular do Conselho de Administração da CINPAL - Cia. Industrial de Peças para Automóveis empresa do ramo de peças de automóveis). Nos últimos 05 anos atuou como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia (desde 2006). O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

---

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Nome</b>          | <b>Carla S. Gonçalves Marcondes</b>   |
| <b>CPF/MF</b>        | 942.209.215-91  |
| <b>Idade</b>         | 35  |
| <b>Profissão</b>     | Advogada  |
| <b>Cargo</b>         | Conselheira de Administração (Suplente)   |
| <b>Data Eleição</b>  | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10/04/2014 |
| <b>Data Posse</b>    | Se aprovada a eleição, 10/04/2014   |
| <b>Prazo Mandato</b> | Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2015  |
| <b>Indicação</b>     | Controlador   |
| <b>Outros cargos</b> | Membro do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações                              |

## **Currículo**

Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Salvador /BA em 2001, mestre em Direito Civil pela Universidade de Coimbra – Portugal desde 2005 e especialista em Direito Médio desde 2004. Atualmente, é Gerente do Jurídico Societário e Projetos da Companhia, desde 2012. A Sra. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

## CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Cada um dos candidatos a membro do Conselho Fiscal apoiados pela administração e acionistas controladores declarou para a Companhia que nos últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Nome</b>          | <b>Newton de Souza Junior</b>   |
| <b>CPF/MF</b>        | 848.556.657-20  |
| <b>Idade</b>         | 48  |
| <b>Profissão</b>     | Advogado  |
| <b>Cargo</b>         | Membro Titular do Conselho Fiscal   |
| <b>Data Eleição</b>  | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10/04/2014 |
| <b>Data Posse</b>    | Se aprovada a reeleição, 10/04/2014   |
| <b>Prazo Mandato</b> | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2015  |
| <b>Indicação</b>     | Controlador   |
| <b>Outros cargos</b> | Não há.   |

### **Currículo**

Formado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Administração pelo Instituto de Pesquisa e Pós- Graduação em Administração de Empresas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, o Sr. Souza é: (i) Membro Efetivo e Presidente do Conselho Fiscal da Companhia. Nos últimos 5 anos foi: (i) Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia (desde 2009); (ii) Membro Efetivo do Conselho Fiscal da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (empresa integrante do grupo econômico da Companhia) (de 2006 a 2008); (iii) Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Nova Ferrobán S.A (empresa integrante do grupo econômico da Companhia) (de 2006 a 2008); (iv) Diretor Jurídico da Estácio Participações S.A. (organização privada de ensino superior) (de 2007 a 2008); e (v) Sócio do Escritório de advocacia Vieira, Rezende, Barbosa e Guerreiro (de 2004 a 2007). Adicionalmente, foi Diretor Executivo e Membro do Conselho de Administração da Ferropar – Ferrovia Paraná (empresa do ramo de transporte ferroviário) (2003 e 2004). Com exceção da ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. e da Nova Ferrobán S.A., nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Nome</b>          | <b>Daniel José dos Santos</b>   |
| <b>CPF/MF</b>        | 952.316.418-04  |
| <b>Idade</b>         | 55  |
| <b>Profissão</b>     | Contador  |
| <b>Cargo</b>         | Membro Suplente do Conselho Fiscal  |
| <b>Data Eleição</b>  | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10/04/2014 |
| <b>Data Posse</b>    | Se aprovada a reeleição, 10/04/2014   |
| <b>Prazo Mandato</b> | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2015  |
| <b>Indicação</b>     | Controlador   |
| <b>Outros cargos</b> | Não há.   |

### **Currículo**

Formou-se em Contabilidade e fez pós-graduação em controladoria pela Universidade da Região de Joinville. Atualmente é: (i) Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Sócio da Prátika Consultoria e Assessoria Ltda.(empresa de consultoria) Adicionalmente, foi: (i) Especialista Sênior de Controladoria da Companhia (de 2001 a 2004); e (ii) Controller da Tupy S.A. (empresa do ramo de ferro e fundição) (de 1988 a 1996). Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Nome</b>          | <b>Ricardo Scalzo</b>   |
| <b>CPF/MF</b>        | 370.933.557-49  |
| <b>Idade</b>         | 62  |
| <b>Profissão</b>     | Empresário  |
| <b>Cargo</b>         | Membro Titular do Conselho Fiscal   |
| <b>Data Eleição</b>  | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10/04/2014 |
| <b>Data Posse</b>    | Se aprovada a reeleição, 10/04/2014   |
| <b>Prazo Mandato</b> | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2015  |
| <b>Indicação</b>     | Controlador   |
| <b>Outros cargos</b> | Não há.   |

### **Currículo**

Formou-se em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1974. Atualmente é: (i) Membro Fiscal do Conselho Fiscal da Companhia; (ii) Consultor. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Membro do Conselho Fiscal da Contax S.A (empresa do ramo de call

centers e outros – companhia de capital aberto) (de 2005 a 2007); (ii) Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (empresa do ramo de geração e distribuição de energia e companhia de capital aberto) (em 2007); (iii) Membro do Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A (empresa do ramo de geração e distribuição de energia e companhia de capital aberto) (em 2007); (iv) Membro do Conselho Fiscal do Hopi Hari Parque Temático (empresa do ramo de entretenimento) (de 2000 a 2008); (v) Membro do Conselho Fiscal Magnesita Refratários S.A (empresa do ramo Industrial – companhia de capital aberto) (2008 e 2009); (vi) Membro do Conselho Fiscal da Beneficência Médica Brasileira S.A – Hospital e Maternidade São Luiz (hospital) (2008 e 2009); (vii) Membro do Conselho Fiscal da Lojas Americanas S.A (empresa do ramo de varejo e companhia de capital aberto) (da instalação até 2009). Adicionalmente, foi: (i) Gerente de Consultoria Financeira e Auditoria da Arthur Andersen S/C (empresa de auditoria) (de 1974 a 1982); (ii) Gerente de Controle Corporativo do Banco de Investimentos Garantia S.A (banco) (de 1982 a 1998); (iii) Membro do Conselho Fiscal Companhia e Cervejaria Brahma – Ambev (empresa do ramo de bebidas) (de 1992 a 2003); (iv) Diretor das empresas Varbra S.A (controladora da Lojas Americanas S.A do ramo de varejo) (de 1998 a 2002); (v) Diretor da Braco S.A, empresa controladora da AmBev (empresa do ramo de bebidas e companhia aberta) (de 1998 a 2002). Nenhuma das empresas acima mencionada faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

---

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Nome</b>          | <b>Marcelo Meth</b>   |
| <b>CPF/MF</b>        | 596.424.677-04  |
| <b>Idade</b>         | 56  |
| <b>Profissão</b>     | Economista  |
| <b>Cargo</b>         | Membro Suplente do Conselho Fiscal  |
| <b>Data Eleição</b>  | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10/04/2014 |
| <b>Data Posse</b>    | Se aprovada a reeleição, 10/04/2014   |
| <b>Prazo Mandato</b> | Se aprovada a reeleição, mandato até a AGO de 2015  |
| <b>Indicação</b>     | Controlador   |
| <b>Outros cargos</b> | Não há.   |

### **Currículo**

Formou-se em Economia pela Universidade Cândido Mendes em 1983, em Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula em 1991 e em Direito pela Universidade Paulista em 2004. Atualmente é: (i) Sócio da empresa Soldo Serviços de Contabilidade Ltda.; (ii) Membro Titular do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Maranhão - Cemar S.A. (empresa do ramo de geração e distribuição de energia); (iii) Membro Titular do Conselho Fiscal da Hopi Hari S.A. (empresa do ramo de entretenimento); (iv) Membro Suplente do Conselho Fiscal das Lojas Americanas S.A. (empresa do ramo de varejo) e (v) Membro Suplente do



Conselho Fiscal da Companhia. Nos últimos 5 anos atuou como: (i) Auditor da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (bolsa de valores); (ii) Sócio Gestor da RB Capital (empresa do ramo de operações de crédito estruturado e investimentos imobiliários). Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Nome</b>          | <b>Alexandre Machado de Souza</b>   |
| <b>CPF/MF</b>        | 036.865.707-85  |
| <b>Idade</b>         | 38  |
| <b>Profissão</b>     | Contador  |
| <b>Cargo</b>         | Membro Titular do Conselho Fiscal   |
| <b>Data Eleição</b>  | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10/04/2014 |
| <b>Data Posse</b>    | Se aprovada a eleição, 10/04/2014   |
| <b>Prazo Mandato</b> | Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2015  |
| <b>Indicação</b>     | Controlador   |
| <b>Outros cargos</b> | Não há.   |

### **Currículo**

Formou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1999, especialista em Controladoria e Finanças pela UFF 2005, e certificado em IFRS (nível básico) pela Association of Chartered Certified Accountants (ACCA). Nos últimos 5 anos atuou (i) Contador no Departamento de Planejamento Contábil da Contabilidade Corporativa da PETROBRAS, (ii) Contador no BNDES, tendo atuado inicialmente na Área Financeira e, desde 2007, na Área de Mercado de Capitais, onde participou da implementação dos IFRS aplicáveis a instrumentos de equity (ações, debêntures, derivativos embutidos) e, atualmente, coordena análises contábeis/fiscais de operações de renda variável, gestão do banco de dados e do sistema de renda variável, gestão de documentos e elaboração de projeções, relatórios gerenciais e divulgações externas referentes às operações e às carteiras de renda variável do Sistema BNDES, (iii) desde julho/2008, é responsável pela Gerência de Controle da Área de Mercado de Capitais do BNDES, e (iv) desde abril/2013, ocupa o cargo de conselheiro fiscal suplente da Lupatech S.A. O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

---



|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Nome</b>          | <b>Alexsandro Pinheiro Cardoso</b>  |
| <b>CPF/MF</b>        | 082.411.837-55  |
| <b>Idade</b>         | 35  |
| <b>Profissão</b>     | Contador  |
| <b>Cargo</b>         | Membro Suplente do Conselho Fiscal  |
| <b>Data Eleição</b>  | Proposta a ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 10/04/2014 |
| <b>Data Posse</b>    | Se aprovada a eleição, 10/04/2014   |
| <b>Prazo Mandato</b> | Se aprovada a eleição, mandato até a AGO de 2015  |
| <b>Indicação</b>     | Controlador   |
| <b>Outros cargos</b> | Não há.   |

### **Currículo**

Formou-se em Ciências Contábeis pela Faculdades Moraes Júnior, em 2001. Nos últimos 5 anos atuou como funcionário de carreira do Sistema BNDES, ocupando atualmente uma coordenação de controladoria da Área de Mercado de Capitais, sendo um dos responsáveis pela análise das implicações contábeis e fiscais decorrente das operações de investimentos de renda variável do Sistema BNDES (desde 2005). Atuou também na área contábil e tributária, tendo sido Consultor Sênior de tributos na PricewaterhouseCoopers além de ter trabalhado em grandes empresas como CEG e BR Distribuidora (em 1997). O Sr. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 12º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento as informações referentes à **proposta de fixação da remuneração dos administradores**.

Propomos que a remuneração global dos administradores, para o exercício social de 2014, seja fixada no montante total de até R\$ 27.790.291,00.

O limite ora proposto *(i)* é referente a remuneração dos administradores da Companhia para a competência do exercício social de 2014, ainda que parte dos pagamentos aos administradores sejam realizados em outros exercícios sociais, e *(ii)* inclui a remuneração fixa e variável dos administradores, bem como quaisquer benefícios incorridos ou suportados pela Companhia, diretos ou indiretos. Para evitar dúvidas, este valor não inclui as despesas associadas com o reconhecimento do valor justo das opções de compra de ações objeto de outorga pela Companhia, que são reconhecidas contabilmente apenas e decorrem de Plano de Opção de Compra de Ações previamente aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. Por esta razão, o valor da proposta difere do valor total previsto para 2013 ou realizado em exercícios sociais anteriores, conforme o caso, nos termos discriminados no item 13.2 do Formulário de Referência da Companhia, e conforme se verifica no Anexo abaixo.

Informamos, ainda, que na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 2013, foi aprovado um limite global de remuneração dos administradores no valor de R\$ 34.085.925,00, tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$ 24.730.337,00. A diferença entre o aprovado e o efetivamente realizado decorre do fato da Companhia não ter atingido a totalidade de seus indicadores de desempenho no exercício social de 2013.

Adicionalmente, a Companhia informa que *(i)* o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; *(ii)* cópia das demonstrações financeiras; *(iii)* parecer dos auditores independentes; e *(iv)* parecer do conselho fiscal; *(v)* formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE), no dia 26 de fevereiro de 2014.

## ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

### **13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da direção não estatutária**

#### **a. Objetivos da política ou prática de remuneração**

O principal objetivo da política de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da administração que auxilie no desenvolvimento de uma cultura de alta performance, mantendo no longo prazo pessoas importantes para o crescimento da Companhia, garantindo a contratação e a retenção das melhores pessoas e assegurando o alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas.

No caso dos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração, a existência da prática de remuneração variável permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos, característica de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

Para os membros do Conselho Fiscal e membros dos Comitês da Companhia, não há práticas de remuneração variável.

#### **b. Composição da remuneração**

##### *i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

###### *Conselho de Administração*

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é dividida em: (i) remuneração fixa, a qual é alinhada com a média do mercado; e (ii) remuneração variável, caso o membro do Conselho de Administração exerça funções executivas na Companhia, com o objetivo de estimular e recompensar resultados expressivos por meio de participação nos lucros e dos programas de opção de compra de ações.

Dentre as funções executivas exercidas pelo(s) membro(s) do Conselho de Administração que participa(m) da remuneração variável da Companhia, citamos: acompanhamento mensal da gestão dos resultados e metas da diretoria, participação no estabelecimento de diretrizes estratégicas, defesa dos interesses dos acionistas e atendimento às requisições apresentadas pelos investidores, fiscalização do cumprimento das regras de governança corporativa, dentre outras.

Atualmente, somente um membro do Conselho de Administração exerce função executiva na Companhia, fazendo jus ao recebimento de remuneração variável.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos da Companhia.

###### *Diretoria*

Os membros da Diretoria têm sua remuneração dividida em componentes fixo e variável. O componente fixo é o salário base, alinhado com a média do mercado, enquanto o diferencial é a remuneração variável, que visa o médio e longo prazo, refletida nos programas de opções de compra de ações da Companhia.

A remuneração variável é composta por (i) uma parte em dinheiro e, (ii) a critério da Companhia, uma parte em plano de opções de compra de ações. A remuneração variável tem como objetivo a retenção dos executivos qualificados, incentivando-os a permanecer na Companhia, a médio e longo prazo, estimulando o atendimento dos resultados, de forma a buscar a melhoria contínua.

Em relação ao recebimento de benefícios diretos e indiretos, a Companhia fornece a todos os seus empregados, inclusive, aos membros da Diretoria, seguro de vida, assistência médica e odontológica, sendo que todos são opcionais.

É importante ressaltar que a Companhia possui um Comitê de Gente e Gestão que analisa a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada, além de sugerir indicações de Beneficiários para participação nos programas de opção de compra de ações, e a submete para posterior deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia.

#### *Conselho Fiscal*

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela assembleia geral de acionista que os eleger, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia, necessárias ao desempenho da função.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos da Companhia.

#### *Comitês*

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia possui somente 2 comitês instalados: Comitê de Gente e Gestão e Comitê do POCA.

Atualmente, todos os membros dos Comitês da Companhia são administradores.

O Comitê do POCA é responsável por todas e quaisquer questões relacionadas ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, e é composto por todos os membros titulares do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do POCA não recebem qualquer remuneração adicional pelo desempenho das funções no referido comitê.

O Comitê de Gente e Gestão tem como finalidade recomendar ao Conselho em questões de orçamento, metas, remuneração variável, decisões de investimento, grandes contratos e outros aspectos de gestão da Companhia. Os administradores e membros do Comitê de Gente e Gestão não recebem remuneração adicional pelo desempenho das funções no referido comitê, mas seus membros deverão optar por receber remuneração pela função de administrador ou a remuneração pelo exercício da função neste comitê, conforme Estatuto Social da Companhia.

Os membros do Comitê de Gente e Gestão e do Comitê do POCA não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos da Companhia.

#### *ii. Proporção de cada elemento na remuneração total*

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total, conforme mencionado no item 13.1.b.i, acima.

Já no caso da Diretoria, a remuneração fixa corresponde a aproximadamente 23% da remuneração total, enquanto a remuneração variável corresponde, aproximadamente, aos demais 77%, incluindo a parcela relativa à remuneração baseada em ações. Dentro da parcela referente à remuneração variável, a parte relacionada à remuneração baseada em ações (longo prazo) representa aproximadamente 16% e a parte relacionada ao bônus (curto prazo) representa, aproximadamente, 84%.

Com relação aos membros do Conselho de Administração, apenas os que exercem funções executivas na Companhia possuem remuneração variável atrelada a resultados individuais e da Companhia. No caso do Conselho de Administração, a remuneração fixa corresponde a aproximadamente 74% da remuneração total, enquanto a remuneração variável corresponde, aproximadamente, aos demais 26%, incluindo a parcela relativa à remuneração baseada em ações. Dentro da parcela referente à remuneração variável, a parte relacionada à remuneração baseada em ações (longo prazo) representa 0% e a parte relacionada ao bônus (curto prazo) representa 100%.

A remuneração pode variar conforme o desempenho verificado tanto com relação à Companhia quanto com relação aos administradores. Assim, caso a Companhia ou o administrador não atinjam os resultados mínimos estabelecidos, não haverá qualquer pagamento de remuneração variável de curto prazo.

### ***iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração***

Os valores de remuneração e as formas de reajustes pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração. Quanto aos critérios de comparação, a Companhia efetua a comparação com outras empresas de capital aberto, independentemente do setor de atuação, mas com faturamento similar, bem como com as demais empresas que atuam no setor de logística nacional.

Vale destacar que não há um critério pré-definido para o cálculo do reajuste da remuneração dos administrados e demais empregados da Companhia.

### ***iv. Razões que justificam a composição da remuneração***

A remuneração dos administradores é definida de modo a encorajá-los a alcançar resultados de curto e de longo prazo da Companhia. Nesse sentido, garante-se uma remuneração fixa em linha com a praticada pelo mercado, estimulando-se, no entanto, a busca de resultados expressivos para a obtenção de remuneração variável acima da média do mercado. Para isso, a remuneração variável é definida de acordo com as seguintes bases: (i) as metas da Companhia que definem o alcance dos resultados deverão ser desafiadoras, mas atingíveis; (ii) abaixo de determinado nível de alcance das metas não será conferido qualquer remuneração variável, mas atingimentos excepcionais deverão ser remunerados com participação nos lucros equivalentes ou mesmo superiores aos maiores níveis de mercado; (iii) a remuneração variável apenas será concedida se tanto as metas da Companhia quanto as do administrador forem alcançadas.

No longo prazo, com a possibilidade de outorga de opções de compra de ações, estimula-se a conjunção dos interesses de acionistas e administradores no médio e longo prazo, mediante o investimento em ações da Companhia por parte dos administradores, as quais terão restrição de venda pelo período de 2 ou 3 anos.

Para o Conselho Fiscal, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes para o exercício de suas funções.

#### **c. Principais indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levadas em consideração a performance do empregado e suas metas individuais. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no orçamento da Companhia, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração, cujos principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são EBITDA ajustado, EVA, lucro líquido, fluxo de caixa, volume de transporte, produtividade dos ativos, entre outros.

#### **d. Estrutura da remuneração que visa refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

O elemento variável da remuneração se realiza anualmente e considera metas estabelecidas para a Companhia, diretorias, unidades de negócio específicas e para cada administrador ou empregado individualmente. Inicialmente são determinadas as metas aplicáveis à Companhia, e, em seguida, tais metas são desdobradas de forma específica para cada diretoria ou unidade de negócios. Esse desdobramento de metas é sempre feito de modo que o alcance das metas pelas diretorias ou unidades de negócio esteja sempre alinhado com as metas da Companhia, contribuindo para o resultado desta.

O desempenho da Companhia deverá atingir um mínimo para que haja o pagamento de remuneração variável. No mesmo sentido, resultados excepcionais da Companhia também são refletidos em remunerações variáveis expressivas. O valor da remuneração variável atribuída aos administradores e empregados, além de pautar-se nos resultados da Companhia, também depende do alcance de suas metas individuais.

Assim, qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como bônus e a quantidade de opções outorgadas estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado.

#### **e. Alinhamento da política ou prática de remuneração com interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia**

A política de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

Os resultados de curto prazo, assim considerados os anuais, alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento da remuneração variável. Neste caso, os resultados da Companhia e dos seus administradores durante o ano definirão o montante a ser atribuído a cada administrador.

O alinhamento no médio e no longo prazo é resultado de dois elementos: (i) consistência no atendimento de metas relativas aos principais indicadores, de forma anual; e (ii) as características do programa de outorga de opção de compra de ações, que exigem um comprometimento de recursos no longo prazo (em razão do período de restrição à venda das ações correspondentes e do prazo de 5 anos para a incorporação da totalidade das opções).

#### **f. Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Nos exercícios sociais de 2011 e 2012, a remuneração, tanto a fixa como a variável, dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, foi suportada integralmente pela Companhia.

No exercício social de 2013, a remuneração, tanto a fixa como a variável, dos membros da Diretoria da Companhia, foi suportada parcialmente pela Companhia e parcialmente pelas suas controladas, conforme quadro abaixo. A remuneração dos membros do Conselho de Administração foi suportada integralmente pela Companhia.

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
| ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A | ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. | ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. | ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. |
| R\$ 16.998.235,51                            | R\$ 47.197,51                                   | R\$ 686.854,35                                  | R\$ 133.030,88                                     |

#### **g. Remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

### **13.2 Remuneração total de conselho do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

| <b>Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais</b> |                                  |                              |                        |               |
|--|----------------------------------|------------------------------|------------------------|---------------|
|  | <b>Conselho de Administração</b> | <b>Diretoria Estatutária</b> | <b>Conselho Fiscal</b> | <b>Total</b>  |
| <b>Nº de membros</b>   | 15,00                            | 7,00                         | 5,00                   | 27,00         |
| <b>Remuneração Fixa Anual</b>  | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Salário ou pró-labore</b>   | 3.888.000,00                     | 5.781.475,00                 | 792.000,00             | 10.461.475,00 |
| <b>Benefícios diretos ou indiretos</b>   | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Participação em comitês</b>   | 540.000,00                       | 0,00                         | 0,00                   | 540.000,00    |
| <b>Outros</b>  | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Remuneração Variável</b>  | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Bônus</b>   | 1.597.200,00                     | 15.983.616,00                | 0,00                   | 17.580.816,00 |
| <b>Participação de resultados</b>  | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Participação em reuniões</b>  | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Comissões</b>   | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Outros</b>  | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Pós-emprego</b>   | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Cessação do cargo</b>   | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Baseado em ações</b>  | 0,00                             | 3.125.581,00                 | 0,00                   | 3.125.581,00  |



|                             |   |  |  |                      |
|-----------------------------|---|--|--|----------------------|
| <b>Observação</b>           | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SE P/nº 01/2014 | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 01/2014 | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 01/2014 | --                   |
| <b>Total da remuneração</b> | <b>6.025.200,00</b>   | <b>24.890.672,00</b>   | <b>792.000,00</b>  | <b>31.707.872,00</b> |

#### Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013

|  | <b>Conselho de Administração</b><br>[BPdOC3]  | <b>Diretoria Estatutária</b><br>[BPdOC4]   | <b>Conselho Fiscal</b>   | <b>Total</b>         |
|--|---|--|--|----------------------|
| <b>Nº de membros</b>                   | 14,42   | 7,67   | 3,0 [BPdOC5]8  | 28,00                |
| <b>Remuneração Fixa Anual</b>          | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Salário ou pró-labore</b>           | 3.349.800,00  | 5.618.723,00   | 475.200,00   | 9.443.723,00         |
| <b>Benefícios diretos ou indiretos</b> | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Participação em comitês</b>         | 540.000,00  | 0,00   | 0,00   | 540.000,00           |
| <b>Outros</b>                          | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Remuneração Variável</b>            | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Bônus</b>                           | 1.248.720,00  | 13.973.094,00  | 0,00   | 15.221.814,00        |
| <b>Participação de resultados</b>      | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Participação em reuniões</b>        | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Comissões</b>                       | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Outros</b>                          | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Pós-emprego</b>                     | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Cessação do cargo</b>               | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Baseado em ações</b>                | 211.903,00  | 3.285.717,00   | 0,00   | 3.497.620,00         |
| <b>Observação</b>                      | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SE P/nº 01/2014 | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 01/2014 | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 01/2014 | --                   |
| <b>Total da remuneração</b>            | <b>5.350.423,00</b>   | <b>22.877.534,00</b>   | <b>475.200,00</b>  | <b>28.703.157,00</b> |

#### Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012

|                               | <b>Conselho de Administração</b> | <b>Diretoria Estatutária</b> | <b>Conselho Fiscal</b> | <b>Total</b>  |
|-------------------------------|----------------------------------|------------------------------|------------------------|---------------|
| <b>Nº de membros</b>          | 15,33                            | 8,08                         | 3,08                   | 26,49         |
| <b>Remuneração Fixa Anual</b> | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |
| <b>Salário ou pró-labore</b>  | 3.630.000,00                     | 6.402.560,00                 | 469.760,00             | 10.502.320,00 |
| <b>Benefícios diretos ou</b>  | 0,00                             | 0,00                         | 0,00                   | 0,00          |

|                                   |   |  |  |                      |
|-----------------------------------|---|--|--|----------------------|
| <b>indiretos</b>                  |   |  |  |                      |
| <b>Participação em comitês</b>    | 540.000,00  | 0,00   | 0,00   | 540.000              |
| <b>Outros</b>                     | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Remuneração Variável</b>       | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Bônus</b>                      | 1.368.000,00  | 10.346.240,00  | 0,00   | 11.714.240,00        |
| <b>Participação de resultados</b> | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Participação em reuniões</b>   | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Comissões</b>                  | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Outros</b>                     | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Pós-emprego</b>                | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Cessação do cargo</b>          | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                 |
| <b>Baseado em ações</b>           | 441.782,00  | 5.256.147,00   | 0  | 5.697.929,00         |
| <b>Observação</b>                 | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SE P/nº 01/2013 | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 01/2013 | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 01/2013 |                      |
| <b>Total da remuneração</b>       | <b>5.979.782,00</b>   | <b>22.004.947,00</b>   | <b>469.760,00</b>  | <b>28.454.489,00</b> |

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011**

|  | <b>Conselho de Administração</b>                          | <b>Diretoria Estatutária</b>                              | <b>Conselho Fiscal</b>                                    | <b>Total</b>  |
|--|---|---|---|---------------|
| <b>Nº de membros</b>                   | 13,91   | 8,00  | 3,00  | 24,91         |
| <b>Remuneração Fixa Anual</b>          | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Salário ou pró-labore</b>           | 2.721.600,00  | 6.195.200,00  | 390.000,00  | 9.306.800,00  |
| <b>Benefícios diretos ou indiretos</b> | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Participação em comitês</b>         | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Outros</b>                          | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Remuneração Variável</b>            | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Bônus</b>                           | 1.344.000,00  | 12.480.000,00   | 0,00  | 13.824.000,00 |
| <b>Participação de resultados</b>      | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Participação em reuniões</b>        | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Comissões</b>                       | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Outros</b>                          | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Pós-emprego</b>                     | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Cessação do cargo</b>               | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00          |
| <b>Baseado em ações</b>                | 786.077,00  | 17.976.361,00   | 0,00  | 18.762.438,00 |
| <b>Observação</b>                      | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício- | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício- | O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício- |               |

|                             | Circular/CVM/SE<br>P/nº 01/2013 | Circular/CVM/<br>SEP/nº<br>01/2013 | Circular/CVM/<br>SEP/nº<br>01/2013 |                      |
|-----------------------------|---------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|----------------------|
| <b>Total da remuneração</b> | <b>4.851.677,00</b>             | <b>36.651.561,00</b>               | <b>390.000,00</b>                  | <b>41.893.238,00</b> |

### 13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2014)

|  | Conselho de<br>Administração   | Diretoria<br>Estatutária                                      | Conselho<br>Fiscal | Total         |
|--|--|---|--------------------|---------------|
| <b>Número de membros</b>   | 1  | 7   | 0                  | 8             |
| <b>Bônus</b>   |  |   |                    |               |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração*                               | 0,00   | 0,00  | 0,00               | 0,00          |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração*                               | Valor Metas Atingidas + 10% para cada R\$50MM de EBITDA adicional à meta | Valor Base + 10% para cada R\$50MM de EBITDA adicional à meta | 0,00               | -             |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas       | 1.597.200,00   | 15.983.616,00   | 0,00               | 17.580.816,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social              | 0,00   | 0,00  | 0,00               | 0,00          |
| <b>Participação nos resultados</b>   |  |   |                    |               |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração                                | 0,00   | 0,00  | 0,00               | 0,00          |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração                                | 0,00   | 0,00  | 0,00               | 0,00          |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas       | 0,00   | 0,00  | 0,00               | 0,00          |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais | 0,00   | 0,00  | 0,00               | 0,00          |

*Nota: A Companhia não efetua pagamento de participação nos lucros, mas somente o pagamento de bônus*

*Nota: A Companhia esclarece que o bônus para o exercício social de 2014 ainda será objeto de aprovação em AGO a ser realizada em 10/04/2014.*

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2013

|  | Conselho de<br>Administração | Diretoria<br>Estatutária | Conselho<br>Fiscal | Total |
|--|------------------------------|--------------------------|--------------------|-------|
| <b>Número de membros</b>                       | 1                            | 7,67                     | 0                  | 8,67  |
| <b>Bônus</b>                                   |                              |                          |                    |       |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração* | 0,00                         | 0,00                     | 0,00               | 0,00  |

|  |  |   |      |               |
|--|--|---|------|---------------|
| Valor máximo previsto no plano de remuneração*                               | Valor Metas Atingidas + 10% para cada R\$50MM de EBITDA adicional à meta | Valor Base + 10% para cada R\$50MM de EBITDA adicional à meta | 0,00 | -             |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas       | 1.320.000,00   | 17.350.500,00   | 0,00 | 18.670.500,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social              | 1.248.720,00   | 13.973.094,00   | 0,00 | 0,00          |
| <b>Participação nos resultados</b>   |  |   |      |               |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração                                | 0,00   | 0,00  | 0,00 | 0,00          |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração                                | 0,00   | 0,00  | 0,00 | 0,00          |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas       | 0,00   | 0,00  | 0,00 | 0,00          |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais | 0,00   | 0,00  | 0,00 | 0,00          |

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2012

|  | Conselho de Administração   | Diretoria Estatutária  | Conselho Fiscal | Total      |
|--|---|--|-----------------|------------|
| <b>Número de membros</b>   | 1   | 8,08   | 0               |            |
| <b>Bônus</b>   |   |  |                 |            |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração*                         | 0,00  | 0,00   | 0,00            | 0,00       |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração*                         | Valor Metas Atingidas + 10% para cada R\$50MM de EBITDA ajustado adicional à meta | Valor Base + 10% para cada R\$50MM de EBITDA ajustado adicional à meta | 0,00            | -          |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 2.000.000   | 18.630.000   | 0,00            | 20.630.000 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social        | 1.368.000   | 10.346.240   | 0,00            | 11.714.240 |
| <b>Participação nos resultados</b>                                     |   |  |                 |            |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração                          | 0,00  | 0,00   | 0,00            | 0,00       |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração                          | 0,00  | 0,00   | 0,00            | 0,00       |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | 0,00  | 0,00   | 0,00            | 0,00       |

|  |      |      |      |      |
|--|------|------|------|------|
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
|--|------|------|------|------|

*Nota: A Companhia não efetua pagamento de participação nos lucros, mas somente o pagamento de bônus.*

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2011

|  | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total      |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| <b>Número de membros</b>   | 1                         | 8                     | 0               |            |
| <b>Bônus</b>   |                           |                       |                 |            |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração*                               | 0,00                      | 0,00                  | 0,00            | 0,00       |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração*                               | 2.000.000                 | 18.000.000            | 0,00            | 20.000.000 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas       | 2.000.000                 | 18.000.000            | 0,00            | 20.000.000 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social              | 1.344.000                 | 12.480.000            | 0,00            | 13.824.000 |
| <b>Participação nos resultados</b>   |                           |                       |                 |            |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração                                | 0,00                      | 0,00                  | 0,00            | 0,00       |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração                                | 0,00                      | 0,00                  | 0,00            | 0,00       |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas       | 0,00                      | 0,00                  | 0,00            | 0,00       |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais | 0,00                      | 0,00                  | 0,00            | 0,00       |

*Nota: A Companhia não efetua pagamento de participação nos lucros, mas somente o pagamento de bônus.*

### 13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

#### a. Termos e condições gerais

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), empregados de alto nível, prestadores de serviço e administradores, seja da Companhia ou de sociedades por ela controladas direta ou indiretamente (“Beneficiários”), são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia.

O Plano foi aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 1999. O Plano estabelece as condições gerais para a outorga das opções, os critérios para definição do preço de aquisição, os termos e condições de tais opções, as restrições para alienação das ações adquiridas por meio do plano, além de definir diversas atribuições do Conselho de Administração na condição de administrador o Plano.

Nos termos do Plano, o Conselho de Administração, enquanto seu administrador ou, a critério dele, por um comitê especialmente formado para esse fim (“Comitê do POCA”), tem amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano. O Comitê do POCA é o órgão responsável por realizar as outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais são definidos os Beneficiários, o número e espécie de ações da Companhia objeto de outorga, o preço de exercício, os períodos para exercício e o prazo máximo para exercício das opções, normas sobre a transferência das opções e eventuais restrições às ações adquiridas, bem como disposições sobre penalidades aplicáveis.

Os Beneficiários contemplados pelos Programas devem celebrar respectivos Contrato de Opção de Subscrição ou Compra a Termo de Ações e Outros Pactos (“Contratos”) com a Companhia, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano e do respectivo Programa.

Os Programas podem contemplar dois grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como “Contrato A” (comuns a todos os programas) e “Contrato B” (presentes a partir do “Programa 2006”). No “Contrato A” o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M. Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto: aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê do POCA pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

Para o Programa de 2012, especificamente, tanto os Contratos A como os Contratos B, o Beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar contribuições gradativas; 5% no 1º ano, 15% no 2º ano, 20% no 3º ano, 25% no 4º ano e 25% no 5º e último ano.

Até a data da apresentação deste Formulário de Referência foram outorgadas opções através dos Programas de 1999, 2000, 2001, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2012, sendo a cada ano um Programa específico.

## **b. Principais objetivos do plano**

O Plano objetiva: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, permitindo aos Beneficiários adquirir ações de emissão da Companhia, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses dos acionistas da Companhia.

## **c. Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O oferecimento de opções de compra de ações estimulam os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo de outorgas adotado. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

#### **d. Inserção do plano na política de remuneração da Companhia**

O Plano atualmente em vigor se insere na política de focar a remuneração dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Companhia. De fato, a maior parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos. Conforme explicado no item 13.1 acima, a remuneração em ações está diretamente ligada a este alinhamento de interesses.

#### **e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

As outorgas realizadas com base nos Programas trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em programas anuais e a existência de períodos de carência diferenciados (ver item 13.4.h abaixo - Prazos de Incorporação das Opções) fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo. O Beneficiário tem como incentivo, desde o curto prazo, o exercício de opções a preços mais baixos que o valor de mercado das ações da Companhia, fazendo com que atue constantemente em prol da valorização de tais ações.

Adicionalmente, a existência de períodos durante os quais as ações não podem ser alienadas (ver item 13.4.i abaixo - *lock up*), também modula os incentivos do Beneficiário para um prazo mais longo: as ações objeto do exercício das opções apenas estarão livres para venda após tal período, de maneira que o Beneficiário apenas auferirá um ganho se as ações da Companhia se mantiverem valorizadas até o fim deste prazo, quando poderão ser alienadas.

#### **f. Número máximo de ações abrangidas**

Desde a constituição do plano de opções, em 1999, até 31.12.2013 o número máximo de ações abrangidas pelo plano de opções, desde sua aprovação, independente de terem sido exercidas, é de 43.844.086.



#### **g. Número máximo de opções a serem outorgadas**

A partir de 09/09/2010 até a presente data, conforme Estatuto Social da Companhia vigente, o Conselho de Administração pode outorgar opção de compra de ações sem que os acionistas tenham direito de preferência à aquisição dessas ações (i) até o limite anual de 1,5% do capital social para a outorga de opções (ou seja, R\$ 51.724.251,47 do capital social), e (ii) até o limite máximo de 5% do capital social para o total de opções outorgadas (ou seja, R\$ 172.414.171,58 do capital social).

#### **h. Condições de aquisição de ações**

##### *Quanto a Participação nos Programas*

Como regra geral para a participação dos Beneficiários nos Programas criados pelo Comitê do POCA, há uma obrigação de que, para aderir ao referido Programa, o Beneficiário deve adquirir 10% do total das opções na data da outorga, mediante a assinatura do respectivo Contrato relacionado ao Programa.

Excetuam-se desta regra geral os Beneficiários do Programa de 2009, programa criado pelo Comitê do POCA em substituição as opções outorgadas em Programas de 2007 e de 2008. Em 03/08/2009, o Comitê do POCA cancelou os Programas de 2007 e de 2008 e trocou as opções ainda não exercidas pelos Beneficiários destes planos por um novo programa, o Programa de 2009, na proporção de 9 para 5. Assim, para cada 9 opções integrantes dos lotes cancelados dos Programas de 2007 e de 2008, os Beneficiários receberam 5 opções no âmbito do Programa de 2009.

##### *Quanto aos Prazos de Incorporação das Opções*

Os Beneficiários podem adquirir, anualmente e durante o prazo de 5 anos, o direito de efetuar contribuições pelas opções outorgadas no âmbito de cada Programa.

Como regra geral, os Beneficiários devem efetuar o pagamento de 10% do valor das opções, no ato da assinatura do Contrato, como condição para participar do Programa, passando a adquirir o direito de efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações.

Excetuam-se desta regra geral os administradores da Companhia que são Beneficiários do Programa de 2006. Para este programa, a aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações altera de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no 1º ano, 10% no 2º ano, 15% no 3º ano, 25% no 4º ano e 35% no 5º e último ano. Caso o Beneficiário se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê do POCA pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como a regra geral.

O Programa de 2012 também difere da regra geral no sentido de que o Beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para adquirir o direito à opção de compra de ações, passando a ter o direito a efetuar contribuições gradativas; 5% no 1º ano, 15% no 2º ano, 20% no 3º ano, 25% no 4º ano e 25% no 5º e último ano.

##### *Quanto ao Preço de Exercício das Opções*

Cada Programa define especificamente o preço para o exercício da opção. Como regra geral, o valor das contribuições, ou preço das ações, é atualizado pela variação do IGP-M/FGV a partir da data da outorga, mediante a assinatura do Contrato relacionado ao Programa.

Excetuam-se desta regra geral o valor das contribuições, ou preço das ações, do Programa de 2003, cujo valor é atualizado pela variação do IGP-M/FGV acrescido de juros de 6% ao ano a partir da data da outorga.

#### *Quanto ao Prazo de Extinção das Opções*

Para os Programas 2005 e 2006, os Beneficiários terão o prazo extintivo de 10 anos, a contar da data incorporação das opções, para efetuar as contribuições para a aquisição das ações que fizerem jus de acordo com cada um destes Programas.

Para o Programa 2009 e de 2012, os Beneficiários terão o prazo extintivo de 5 anos, a contar da data incorporação das opções, para efetuar as contribuições para a aquisição das ações que fizerem jus de acordo com este Programa.

#### *Programa de Restricted Shares Options*

Em assembleia realizada em 1º de setembro de 2010, o Comitê do POCA aprovou o programa de “Restricted Options Shares”. O Programa consiste na concessão de opções, equivalentes a 3.000.000 de ações, a um grupo determinado de empregados e administradores da Companhia, em caráter intransferível, cujo exercício está condicionado cumulativamente (i) à manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2012, (ii) ao atingimento de metas operacionais individuais, e (iii) ao sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA ajustado.

As opções não têm direito a dividendos antes de seu exercício. O prazo de exercício é de 6 meses a partir do decurso do período de aquisição que termina em 31/12/2012. O preço de exercício é de R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção equivale ao valor de mercado da ação na data de outorga do programa (R\$ 16,50).

Em reunião do Comitê do POCA realizada em 23/20/2012, o referido Comitê aprovou a possibilidade de que o saldo de opções não exercidas com base na meta de EBITDA ajustado de 2012 poderá ser recuperado pelos Beneficiários, se (i) houver a manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2014; (ii) houver o atingimento de metas operacionais individuais e; (iii) houver o sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA ajustado previstas para 2014.

O preço de exercício se manteve em R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção, relativo ao saldo não entregue em 2012, equivale ao valor de mercado da ação na data desta nova outorga (R\$ 9,46).

Parte das ações outorgadas no âmbito do Programa “*Restricted Options Share*” já foram entregues aos seus respectivos Beneficiários, em fevereiro de 2013.

#### **i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Como regra geral, o preço de aquisição ou exercício é definido pelo Comitê do POCA, com base na cotação média das ações da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data das outorgas.

Para os programas anteriores a junho de 2004 (pré *Initial Public Offering*), o preço de aquisição ou exercício foi definido pelo Comitê do POCA com base no patrimônio líquido da Companhia na data das outorgas.

#### **j. Critérios para fixação do prazo de exercício**

Os critérios para a fixação do prazo de exercício conforme descrito no item 13.4.h acima consideram os seguintes objetivos: (i) alinhamento dos interesses de curto, médio e longo prazo de valorização da Companhia; (ii) mecanismo de retenção de pessoas chave da Companhia; e (iii) consideração de valor justo implícito na outorga das opções.

#### **k. Forma de liquidação**

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são objeto de emissão e aumento de capital correspondente, sempre dentro do limite do capital autorizado, com a consequente homologação pelo Conselho de Administração.

A Companhia também pode se utilizar de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções. Esta alternativa vem sendo utilizada pela Companhia para as opções exercidas desde abril de 2008.

Para os Programas criados até 2010, a regra geral é de que 30% do preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes, sendo que o saldo remanescente de 70% deverá ser pago pelo Beneficiário em até 30 dias a contar da efetiva emissão ou transferência das ações.

#### **l. Restrições à transferência das ações**

As ações decorrentes do exercício de opções outorgadas encontram-se sujeitas a restrições à sua disponibilidade. Com exceção dos Programas de 2009 e de 2012, os demais Programas possuem prazo de indisponibilidade das outorgas (*lock up*) de 2 anos contados da data da assinatura do Contrato. O Programa de 2009 possui o prazo de indisponibilidade de 3 anos contados da data da assinatura do Contrato e o Programa de 2012 possui prazo de indisponibilidade de 2 anos contados da data do exercício das opções.

#### **m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Comitê do POCA possui atribuições diversas no âmbito da administração do Plano, podendo modificar unilateralmente os termos e condições da opção outorgada, desde que tais modificações não prejudiquem os direitos dos Beneficiários.

Ainda, em caso de incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a Companhia remanescente, ou a venda de parcela substancial da propriedade de mais de 80% das ações existentes da Companhia a qualquer outra sociedade, o Comitê do POCA terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que se estabeleça por escrito, em conexão com tal transação, a manutenção do Plano e a assunção das opções até

então concedidas, com a substituição de tais opções por novas opções, assumindo a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustamentos apropriados no número, espécie e preço de ações, e nesse caso o Plano continuará na forma então prevista. Poderá, ainda, o Comitê do POCA estabelecer regras especiais de preço e de liquidação das contribuições para aquisição das ações efetuadas pelos beneficiários em caso de transferência de controle da Companhia.

**n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Cessada, por qualquer razão: (i) a relação de emprego entre a Companhia, suas coligadas e/ou controladas, e o Beneficiário; ou (ii) o contrato de prestação de serviços entre a Companhia, suas coligadas e/ou controladas e o Beneficiário (independentemente do “*nomen juris*” adotado); ou (iii) o mandato de administrador do Beneficiário, exceto, para todas as hipóteses indicadas acima, nos casos de aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente, aplicar-se-á conforme o caso:

(A) Caso o contrato de trabalho, o contrato de prestação de serviços ou o mandato de administrador do Beneficiário tenha sido encerrado por justa causa, como definida na legislação trabalhista, ou por motivo que constituiria justa causa na forma da mesma legislação, o Beneficiário perderá automaticamente: (i) o direito de efetuar a contribuição para aquisição referente a lotes incorporados porventura ainda não contribuídos, ainda que não tenha decaído do direito de efetuar a contribuição para aquisição; bem como (ii) a expectativa de futura incorporação dos lotes não incorporados à data.

(B) Caso: (i) o contrato de trabalho do Beneficiário tenha sido encerrado sem justa causa, como definida na legislação trabalhista, por iniciativa da Companhia, suas coligadas e/ou controladas; ou (ii) o contrato de prestação de serviços ou o mandato do Beneficiário administrador tenha sido encerrado pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas, sem justificativa; ou (iii) o Beneficiário empregado peça demissão após a assinatura do Contrato; ou (iv) o Beneficiário prestador de serviços tome a iniciativa de encerrar seu contrato de prestação de serviços; ou (v) o Beneficiário administrador renuncie ao mandato após a assinatura do Contrato, aplicar-se-á o disposto nos itens (B1) e (B2) abaixo:

(B1) Exclusivamente no tocante às opções ainda não objeto de contribuição para aquisição, mas referentes a ações integrantes de lotes incorporados em relação às quais o Beneficiário não tenha decaído do direito de efetivar a contribuição para aquisição, o Beneficiário poderá, a seu critério, efetuar a contribuição para aquisição, no prazo máximo de 30 dias após a verificação dos eventos do item (B) acima, conforme o caso, após o que a Companhia, no prazo de 30 dias contados a partir da efetivação da respectiva contribuição para aquisição, emitirá ações e as entregará ao Beneficiário.

(B2) Caso se verifique qualquer das hipóteses do item (B) acima, o Beneficiário perderá automaticamente a expectativa de direito de futura incorporação dos lotes não incorporados à data da verificação dos referidos eventos.

(C) Não haverá qualquer pagamento ou indenização ao Beneficiário: (i) por conta das ações integrantes de lotes incorporados, cujo direito à contribuição o Beneficiário tenha perdido em decorrência do previsto no item (A) acima; nem (ii) por conta das ações integrantes dos lotes não incorporados, cuja expectativa de futura incorporação o Beneficiário tenha perdido em decorrência do previsto nos itens (A) ou (B2) acima, extinguindo-se de pleno direito a opção concedida em qualquer hipótese de extinção do contrato de trabalho, do contrato de prestação de serviços ou do

mandato do administrador Beneficiário, exceto se tal extinção se der em decorrência das hipóteses de falecimento e invalidez permanente.

### **13.5 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão.**

**ALL – América Latina Logística S.A.**

**Data base: 31/12/2014**

| <b>Órgão</b>              | <b>ON's</b>    | <b>%</b>    |
|---------------------------|----------------|-------------|
| Conselho de Administração | 11.804         | 0,00        |
| Diretoria                 | 591.627        | 0,09        |
| Conselho Fiscal           | 5.000          | 0,00        |
| <b>Total de Ações</b>     | <b>608.341</b> | <b>0,09</b> |

*Nota: “%” em relação ao total de ações de emissão da Companhia.*

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal não possuem ações de empresas controladas pela Companhia.

### 13.6 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

| Ano   | Conselho de Administração |             |             |             | Diretoria       |                               |                               |             |
|---|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-----------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------|
|   | 2011 (5)                  | 2012        | 2013        | 2014        | 2011 (4)        | 2012                          | 2013                          | 2014        |
| Número de Membros   | 0,00                      | 0,00        | 0,00        | 1,00        | 8,00            | 8,08                          | 7,67                          | 7,00        |
| <b>Programas</b>  | <b>2011 (5)</b>           | <b>2012</b> | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2011 (4)</b> | <b>2012</b>                   | <b>2013</b>                   | <b>2014</b> |
| <b>Em relação a cada outorga de opções de compra</b>                                |                           |             |             |             |                 |                               |                               |             |
| Data da outorga   | N/A                       | N/A         | N/A         | N/A         | N/A             | 1/3/12                        | 1/1/13                        | N/A         |
| Quantidade de opções outorgadas (1)   | N/A                       | N/A         | N/A         | N/A         | N/A             | 1.863.488                     | 569.500                       | N/A         |
| Prazo para que as opções de tornem exercíveis                                       | N/A                       | N/A         | N/A         | N/A         | N/A             | Ao longo de 5 anos            | 31/12/14                      | N/A         |
| Prazo máximo para exercício das opções  | N/A                       | N/A         | N/A         | N/A         | N/A             | 5 anos a partir do vestimento | 6 meses a partir do exercício | N/A         |
| Prazo de restrição à transferência de ações   | N/A                       | N/A         | N/A         | N/A         | N/A             | 2 Anos a partir do exercício  | N/A                           | N/A         |
| <b>Preço Médio Ponderado de Exercício de cada um dos seguintes grupos de opções</b> |                           |             |             |             |                 |                               |                               |             |
| Em aberto no Início do Exercício Social   | N/A                       | N/A         | N/A         | N/A         | N/A             | N/A (4)                       | N/A                           | N/A         |
| Perdidas no Exercício Social  | N/A                       | N/A         | N/A         | N/A         | N/A             | N/A                           | N/A                           | N/A         |
| Exercidas no Exercício Social   | N/A                       | N/A         | N/A         | N/A         | N/A             | N/A                           | N/A                           | N/A         |
| Expiradas no Exercício Social   | N/A                       | N/A         | N/A         | N/A         | N/A             | N/A                           | N/A                           | N/A         |
| <b>Valor Justo das Opções na Data de Outorga (R\$)</b>                              | N/A                       | N/A         | N/A         | N/A         | N/A             | 4,50                          | 9,46                          | N/A         |
| <b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas (2)</b>    | 0,00%                     | 0,00%       | 0,00%       | 0,00        | 0,00%           | 0,27%                         | 0,08%                         | 0,00        |

Nota: As quantidades são em ações ON e preços são em R\$/ação ON

(1) Inclui os 10% de ações adquiridas na adesão ao plano.

(2) Diluição com base nas opções em aberto e total de ações do dia 31/12 de cada exercício.

(3) Refere-se ao saldo do Plano de Restricted Share Options não entregue em 2012, conforme Item 13.4.h deste Formulário e o exercício é condicionado cumulativamente a: (i) estar na Companhia em 31/12/2014, (ii) resultado da Companhia, e (iii) resultado individual de desempenho.

(4) As opções foram concedidas em março de 2012, ao preço de exercício de R\$9,30.

(5) Números se referem aos planos de opções distribuídos aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração na época da outorga.

### 13.7 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

| Ano 2013  | Conselho de Administração | Diretoria   |
|---|---------------------------|---|
| Número de Membros   | 1,00                      | 7,00  |
| <b>Em relação a opções ainda não exercíveis</b>                   |                           |   |
| Quantidade (1)  | 0                         | 1.494.487   |
| Data em que se tornarão exercíveis                                | N/A                       | 192.083 em 01/03/14<br>51.500 em 01/08/14<br>354.875 em 01/01/15<br>256.111 em 01/03/15<br>320.139 em 01/03/16<br>320.139 em 01/03/17 |
| Prazo máximo para exercício das opções (2)                        | N/A                       | 01/03/2022  |
| Prazo de restrição à transferência de ações                       | N/A                       | 2 anos a partir do exercício para o Programa de 2012  |
| Preço Médio ponderado de exercício (3)                            | N/A                       | 10,79   |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social (4)      | N/A                       | 2,28  |
| <b>Em relação a opções exercíveis</b>                             |                           |   |
| Quantidade  | 972.919                   | 1.511.188   |
| Prazo máximo para exercício das opções                            | 01/03/2021                | 01/03/2021  |
| Prazo de restrição à transferência de ações                       | Não há                    | 2 anos a partir do exercício para o Plano 2012  |
| Preço Médio ponderado de exercício                                | 13,30                     | 15,37   |
| Valor justo das opções no último dia do exercício social (4)      | 1,14                      | 1,31  |
| Valor justo do total das opções no último dia do exercício social | 1.109.127,66              | 1.979.656,28  |

(1) Inclui Restricted Shares Options, cujo exercício é condicionado cumulativamente a: (i) estar na cia em 31/12/2012, (ii) resultado da companhia e (iii) resultado individual, conforme descrito no item 13.4.h acima.

(2) Exceção é o plano de Restricted Options Shares, cujo prazo para exercício é 6 meses após o direito de incorporação.

(3) Média Ponderada e não inclui as ações decorrentes do Programa Restricted Shares Options, cujo valor de exercício é de R\$0,01.

(4) Não inclui as ações decorrentes do Programa Restricted Shares Options, cujo valor de exercício é de R\$0,01.

(5) As informações levam em consideração a composição atual da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia.



### 13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

| Exercícios   | Conselho de Administração |               |        | Diretoria |               |        |
|--|---------------------------|---------------|--------|-----------|---------------|--------|
|  | 2011                      | 2012          | 2013   | 2011      | 2012          | 2013   |
| Número de Membros  | 0,00                      | 1,00          | 0      | 8,00      | 8,08          | 7,67   |
| <b>Em relação às opções exercidas</b>  |                           |               |        |           |               |        |
| Número de ações  | 0                         | 244,48<br>6   | 0      | 0         | 388.489       | 92.498 |
| Preço médio ponderado de exercício   | 0                         | 5,10          | N/A    | 0         | 5,08          | 10,14  |
| Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas as opções exercidas | 0                         | 1.302.6<br>05 | N/A    | 0         | 1.700.57<br>4 | 0      |
| <b>Em relação às opções entregues</b>  |                           |               |        |           |               |        |
| Número de ações  | Não há                    | Não há        | Não há | Não há    | Não há        | Não há |
| Preço médio ponderado de exercício   | Não há                    | Não há        | Não há | Não há    | Não há        | Não há |
| Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas                    | Não há                    | Não há        | Não há | Não há    | Não há        | Não há |

(1) Quantidades de opções outorgadas são em UNITS (que representam 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) e os preços médios ponderados são em R\$/Unit até a entrada no Novo mercado e em Ações ON a partir daí.

(2) Quantidades de Units/ON e Preço por Unit/ON já refletem desdobramentos.

### 13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e das opções

#### a. Modelo de precificação

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 - pagamento baseado em ações, a Companhia estimou o valor justo das opções nas datas das outorgas e reconheceu como despesa, em cada período, parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos. Considerando a inexistência de transações equivalentes no mercado, a Companhia utilizou o método *Black & Scholes* para estimar o valor justo das opções em cada outorga. O modelo de *Black & Scholes* é um modelo matemático do mercado de um ativo, no qual o preço do ativo é um processo estocástico. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (*drift*) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; (iv) a ação não paga dividendos (veja abaixo para extensões que aceitem pagamento de dividendos); e (v) não há restrições para a venda a descoberto. O modelo trata apenas opções europeias (*call*). A partir dessas condições ideais no mercado para um ativo (e para a opção sobre o ativo), demonstra-se que o valor de uma opção varia apenas com o preço da ação e com o tempo até o vencimento.

#### b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação

*Premissas* 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012

|   |       |      |       |       |      |      |       |
|---|-------|------|-------|-------|------|------|-------|
|   |       | 6,0  |       | 6,0   | 5,0  |      |       |
| Taxa Livre de Risco Real                | 6,0%  | %    | 6,0%  | 6,0%  | %    | %    | 5,0%  |
| Duração média programa (anos)           | 10    | 10   | 10    | 5,5   | 3,0  | 5,0  | 5,0   |
| Volatilidade anualizada esperada        | 36,0% | %    | 38,0% | 36,4% | 36,4 | %    | 36,4% |
| Preço médio ponderado das ações (R\$)   | 11,50 | 21,0 | 20,00 | 11,00 | 0,0  | 9,30 | 9,30  |
|   |       | 0,0  |       |       | 0,0  | 0,0  |       |
| Dividendos esperados                    | 0,0%  | %    | 0,0%  | 0,0%  | %    | %    | 0,0%  |
| Valor Justo da opção na data da outorga | 7,56  | 16,1 | 11,59 | 5,51  | 16,5 | 4,50 | 4,50  |

### c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia não assume exercício antecipado das opções.

### d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade mostra a intensidade e a frequência das oscilações no preço de um ativo financeiro, o qual pode ser uma opção, ação, título público, índice de bolsas ou cota de fundo de investimento considerado um determinado período de tempo, sendo esta variável (a volatilidade) um dos parâmetros mais utilizados como medida de risco.

Também pode ser utilizado para se determinar qual o tamanho de uma amostra de tal forma que ela forneça bons estimadores. O cálculo da volatilidade usa umas janelas móveis de tempo. Entretanto deve utilizar um peso que reduza o efeito das observações estatísticas do passado mais longínquo.

A volatilidade pode ser descrita como uma função dela própria defasada no tempo. Ou seja, é a quantidade e intensidade de flutuações e oscilações que ocorrem com uma série de retornos. Estas flutuações relacionam-se com a média dos retornos.

Para o cálculo da volatilidade esperada, a Companhia utilizou o desvio padrão anualizado das taxas de retorno das variações históricas do preço das ações da Companhia ao longo dos últimos 5 anos.

### e. Outras características incorporadas na mensuração de valor justo da opção

Não há nenhuma outra característica da opção que tenha sido incorporada na mensuração de seu valor justo.

## 13.10 Informações sobre os planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria da Companhia. Apenas uma controlada da Companhia, ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. possui um plano de previdência privada, o qual não engloba nenhum administrador da Companhia.

### 13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

| Valores Anuais                     |                                     |  |                               |
|------------------------------------|-------------------------------------|--|-------------------------------|
|                                    | Diretoria Estatutária<br>31/12/2013 | Conselho de<br>Administração<br>31/12/2013 | Conselho Fiscal<br>31/12/2013 |
| Nº de Membros                      | 7,67                                | 14,42                                      | 3,08                          |
| Valor da maior remuneração (reais) | 0,00                                | 0,00                                       | 0,00                          |
| Valor da menor remuneração (reais) | 0,00                                | 0,00                                       | 0,00                          |
| Valor médio da remuneração (reais) | 0,00                                | 0,00                                       | 0,00                          |

#### Observação:

##### Diretoria Estatutária

**31/12/2013** A Companhia reserva-se o direito de não divulgar as informações solicitadas neste item 13.11 por força da decisão liminar proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do IBEF - Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada.

##### Conselho de Administração

**31/12/2013** A Companhia reserva-se o direito de não divulgar as informações solicitadas neste item 13.11 por força da decisão liminar proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do IBEF - Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada.

##### Conselho Fiscal

**31/12/2013** A Companhia reserva-se o direito de não divulgar as informações solicitadas neste item 13.11 por força da decisão liminar proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do IBEF - Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada.

### 13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

### 13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

| 2011 | Conselho de<br>Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|------|------------------------------|-----------------------|-----------------|
|      | 88%                          | 0%                    | 0%              |

Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

| 2012   | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|
|  | 84%                       | 0%                    | 0%              |
| Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária. |                           |                       |                 |

| 2013   | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|
|  | 84%                       | 0%                    | 0%              |
| Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária. |                           |                       |                 |

### 13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgãos, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há, nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

### 13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Nos exercícios sociais de 2011 e 2012, todos os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal foram remunerados diretamente pela Companhia, não existindo qualquer parcela suportada por controladas da Companhia, controladores diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum, em função dos referidos cargos na Companhia.

No exercício social de 2013, a remuneração, tanto a fixa como a variável, dos membros da Diretoria da Companhia, foi suportada parcialmente pela Companhia e parcialmente por suas controladas, conforme quadro abaixo.

|  | Conselho de Administração | Diretoria     | Conselho Fiscal | Total                |
|--|---------------------------|---------------|-----------------|----------------------|
| <b>Controladores Diretos e Indiretos</b> | 0,00                      | 0,00          | 0,00            | <b>0,00</b>          |
| <b>Controladas da Companhia</b>          | 0,00                      | 17.865.318,25 | 0,00            | <b>17.865.318,25</b> |
| <b>Sociedades sob controle comum</b>     | 0,00                      | 0,00          | 0,00            | <b>0,00</b>          |

Não há remuneração recebida por administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia que tenha sido reconhecida no resultado das controladas da Companhia, controladores diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum, relacionada ou não ao exercício dos referidos cargos na Companhia.

## **13.16 Outras informações relevantes**

### *Remuneração Global*

Vale destacar, que o valor correspondente às ações não compõe a remuneração global aprovada em assembleia geral de acionistas para os membros da administração da Companhia, tendo em vista que constitui uma faculdade dos referidos membros o exercício da opção para a aquisição de ações de emissão da Companhia, conforme respectivos Programas dos quais sejam Beneficiários.

### *Diferenças quadro 13.6 e 13.7*

Em relação ao quadro citado no item 13.6, este reflete somente às ações outorgadas ao Conselho de Administração e Diretoria nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, sendo que, o quadro 13.7 reflete o total de ações ainda não exercidas por todos os beneficiários da Companhia, desde 1999 até 31/12/2013.



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Conforme item (7) da ordem do dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da ALL – América Latina Logística S.A. (“Companhia”), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2014, a Administração da Companhia vem recomendar que seja aprovada a Política de Tratamento de Riscos para os Administradores que tem por objetivo estabelecer práticas de proteção, segurança e reposição de perdas sofridas por seus administradores e determinados colaboradores em decorrência do exercício regular de suas funções.

A Política de Tratamento de Riscos para os Administradores encontra-se anexa à presente Proposta, conforme texto que segue abaixo.

## ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.

### Política de Tratamento de Riscos para os Administradores

A **ALL – América Latina Logística S/A** (“**ALL**” ou “**Companhia**”), ciente da possibilidade de seus administradores e determinados colaboradores da administração da Companhia sofrerem, no exercício regular de suas funções, prejuízos oriundos de processos na esfera judicial, arbitral e/ou administrativa, envolvendo, dentre outras medidas, a penhora de seus bens e/ou a sua indisponibilidade, pretende mantê-los indenidos de tais riscos.

Em vista disso, a ALL consolidou suas práticas de proteção, segurança e reposição de perdas sofridas por seus administradores e determinados colaboradores na presente Política de Reposição de Perdas (“**Política**”), que rege, em linhas gerais, os termos e condições pelos quais a ALL manterá indene os Beneficiários desta Política em função de eventuais perdas ou restrições de bens e direitos que venham a ser sofridas diretamente por eles em decorrência do exercício regular de suas funções, no interesse da ALL e/ou de suas controladas, e em linha com os deveres e responsabilidades dos administradores previstos na Lei n.º 6.404/76.

**1.1. Beneficiários.** Serão beneficiados por esta Política os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, bem como determinados colaboradores da administração da Companhia, os quais serão escolhidos pelo Conselho de Administração em reunião específica para tal fim (“**Beneficiários**”).

**1.2. Objetivo.** Por meio desta Política, a ALL assegurará aos seus Beneficiários a defesa em procedimentos, reclamações, demandas, processos judiciais, arbitrais e administrativos instaurados por terceiros (“**Demandas**”), incluindo Demandas existentes na presente data, durante e após os respectivos mandatos ou, no caso dos colaboradores, após o término de seu vínculo com a ALL, por atos praticados no exercício regular de suas funções, no interesse da ALL e/ou de suas controladas e em linha com os deveres e responsabilidades dos administradores previstos na Lei n.º 6.404/76, com o pagamento das despesas processuais, honorários advocatícios, indenizações e quaisquer outros valores decorrentes de referidas Demandas, bem como prestação de cauções e garantias em favor dos Beneficiários e/ou substituição dos bens do Beneficiário, eventualmente, onerados por cauções de maior liquidez.

**1.3. Indenização.** A ALL obriga-se a manter os Beneficiários indenidos e a salvos, reembolsando-os ou diretamente realizando o pagamento ou adiantamento, conforme o caso, com relação a todos e quaisquer prejuízos, despesas, custos, perda ou dano, ou outros valores de qualquer natureza (“**Perdas**”), incluindo Perdas decorrentes de fatos geradores anteriores a presente data, que venham a ser incorridos pelos Beneficiários em decorrência de qualquer ato praticado ou fato ocorrido durante e em razão do cargo para o qual foram eleitos e/ou contratados, desde que o ato praticado ou o fato ocorrido seja decorrente do exercício regular de suas funções e praticado no interesse da ALL e/ou de suas controladas



e em linha com os deveres e responsabilidades dos administradores previstos na Lei n.º 6.404/76, incluindo, mas não limitado a, Perdas decorrentes de processos judiciais, arbitrais ou administrativos instaurados por terceiros.

1.3.1. Na hipótese de o Beneficiário ser notificado da existência de uma Demanda, o Beneficiário deverá notificar o presidente da Diretoria da ALL acerca de tal fato em até 07 dias úteis do momento em que tomar ciência formal de tal Demanda.

1.3.2. A indicação do advogado responsável pela defesa dos interesses do Beneficiário caberá ao Beneficiário, embora os honorários e despesas corram por conta da ALL.

**1.4. Seguro.** A ALL obriga-se a incluir os Beneficiários – que forem aceitos pela seguradora em questão – como beneficiários de apólice de seguro de responsabilidade civil (*D&O*), com valor mínimo de R\$100.000.000,00 de cobertura para cada Beneficiário, para cobertura de quaisquer Perdas incorridas pelo Beneficiário em decorrência de atos praticados pelo Beneficiário no exercício regular de suas funções, no interesse da ALL e/ou de suas controladas.

**1.5. Gerenciamento Interno das Demandas.** A ALL deverá manter em seu quadro de funcionários profissionais capazes e habilitados que deverão realizar o acompanhamento das Demandas em curso, mantendo atualizado o *status* dos processos em andamento, bem como prestando todos os esclarecimentos necessários aos Beneficiários.

**1.6. Colaboração dos Beneficiários.** Os Beneficiários deverão cooperar com os advogados contratados e com a Companhia a fim de assegurar a sua defesa, fornecendo todas as informações e documentos solicitados, bem como permanecendo à disposição dos advogados responsáveis para eventuais esclarecimentos, comparecendo aos atos processuais e praticando todo e qualquer ato necessário à defesa dos interesses ameaçados.

**1.7. Relatório.** Sempre que ocorrer um desembolso com as reposições de perdas patrimoniais sofridas pelos Beneficiários, nos termos aqui previstos, deverá ser apresentado ao Conselho de Administração da Companhia um relatório contendo a descrição dos referidos desembolsos realizados pela Companhia.

**1.8. Devolução de Valores.** Caso reste comprovado em sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral que o Beneficiário não fazia jus à reposição da perda, pelo fato de ter agido deliberadamente contra a lei ou contra o Estatuto Social da ALL ou de suas controladas, o Beneficiário deverá reembolsar, no prazo máximo de 15 dias da referida sentença integralmente os valores desembolsados nos termos desta Política, atualizados pela variação do IPC-A.

Curitiba, [•] de [•] de 2014.